



MUNICÍPIO DE TONDELA

**REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 29 DE ABRIL DE 2022**

MEMBROS PRESENTES:

António Egrejas Leitão Amaro
Felisberto Henriques Figueiredo Marques
Rui Alberto Nunes dos Santos
Andreia Sofia Neves de Sousa
Rui Filipe Dias de Figueiredo
Márcio Rafael Rodrigues dos Santos
Marta Franco Coimbra Marques
Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte
Amândio José Ferreira Loureiro
Alfredo Manuel Henriques Pereira Leitão
José António Coimbra de Matos
Carlos Manuel Antunes Amaral
Maria da Conceição Ribeiro Gomes
Francisco Duarte da Fonseca
Nelson Pereira Martins
Teresa Mafalda Neto de Sá Felgar Albuquerque
António de Almeida Dias
Martinho de Loureiro Rodrigues
Paulo Alexandre da Silva Lopes
Marta Daniela Silva Antunes
João Paulo Pacheco Loureiro
Fernando Santos da Silva
Gonçalo Manuel da Silva Pereira

Ana Maria Marques Tavares de Leão
Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira
Henrique Floriano Pereira Pinheiro
Ricardo Daniel Branco dos Santos Moitas
Ana Maria Rodrigues Duarte
José António Oliveira Dias
Sandra Almeida dos Santos
Júlio Pacheco Gomes
Ventura Manuel Marques Sousa
José Carlos Ferreira
Mário Barreira Simões
Vitor Manuel Rodrigues Mota
Paulo Jorge Correia Bizarro
Paulo Sérgio dos Santos Dinis
Pedro Manuel do Vale Neves dos Santos
Paulo Roberto de Figueiredo Pereira de Carvalho



MEMBROS QUE FALTARAM:

Aos vinte e nove dias do mês de abril, reuniu em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, pelas 14h30 horas, sob a presidência do senhor presidente da Mesa, António Egrejas Leitão Amaro.

Antes de ser dado início à sessão, tomaram posse, perante o presidente da mesa e a assembleia, por um dia, os membros: Rui Filipe Dias de Figueiredo, Márcio Rafael Rodrigues dos Santos, Alfredo Manuel Henriques Pereira Leitão, Teresa Mafalda Neto de Sá Felgar Albuquerque e Paulo Alexandre da Silva Lopes, em substituição dos membros: Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Mariana Fidalgo, Cristina Simões e Sandra Lourenço. Não compareceu para tomar posse o cidadão Miguel Ângelo Rodrigues Goncalves, em substituição do membro Helena Coimbra.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foram entregues na mesa, da parte dos senhores presidentes das juntas de freguesia de Guardão, Lajeosa do Dão, Tonda e União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, delegação de competência de representação, nas pessoas: Henrique Floriano Pereira Pinheiro, Ricardo Daniel Branco dos Santos Moitas, Ventura Manuel Marques Sousa e José Carlos Ferreira, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Período Antes da Ordem do Dia

1.1 Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 25 de fevereiro

O membro José António Matos interveio para esclarecer que na minuta da ata referia que “facilita o aumento da velocidade”, mas que o que pretendia dizer era que as lombas não obrigam a diminuição da velocidade.

Atendendo que ninguém se opôs a correção material, a mesma foi feita.

Colocada à votação, a ata foi aprovada pelos presentes na sessão de 25 de fevereiro.

1,2. Discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 10 de março

Não tendo havido intervenção, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade pelos presentes na sessão de 10 de março.

1.3. Leitura de expediente

Foram presentes; uma nota técnica, enviada pela Associação Nacional de Assembleias Municipais, sobre apreciação de inventários de bens; os relatórios financeiro e de atividades enviados pela Câmara Municipal de Tondela; os jornais: “STAL” e “A Voz das Misericórdias”; os livros: “Corrupção” de Luís de Sousa, “Descentralização e Poder Local em Portugal”, de Filipe Teles e “A Democracia local em Portugal”, de António Cândido de Oliveira.

1.4. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou o ponto o membro Marta Marques referiu que a evasão russa à Ucrânia causou a maior crise humanitária na Europa, desde a segunda guerra mundial, não sendo previsível com se desenrolará o processo político a curto e médio prazo. Disse que é certo o impacto económico nos mercados de energia e alimentar, que afetam a Europa e além.

Seguidamente, fez uma abordagem às consequências que a guerra e a pandemia provocaram nos sistemas alimentares. Continuou referindo que o Orçamento de Estado, para o ano de 2022, tem previsto cerca de 570 milhões de euros para mitigar o choque geopolítico na produção nacional e na agricultura, registando um aumento de 24% face a 2021. Referiu que o Governo, no âmbito do PDR 2020, publicou um aviso exclusivo para os detentores do Estatuto da Agricultura Familiar, para apoiar pequenos investimentos, assegurando um financiamento até três milhões de euros. Defendeu a necessidade de estímulos para uma agricultura mais sustentável, para contribuir a uma maior autonomia alimentar do país, minimizando o impacto dos consumidores. Pelo que as câmaras municipais deveriam ser mais proativas e incentivar o investimento de jovens agricultores.

Referiu que o PS de Tondela, está disponível para um debate construtivo para que possam construir um concelho competitivo e sustentável, com qualidade de vida para todos os habitantes. (anexo 1)

De seguida, interveio o membro Marta Antunes agradecendo aos capitães de abril, por não ter vivido uma ditadura e a censura, mudando a vida a toda a população, concedendo-lhes a liberdade. Referiu que essa liberdade nos faça ser mais ambiciosos nas inclusões e coesões, no que ainda está por fazer em vários setores e que se consiga derrubar intolerâncias pessoais, sociais e demográficas, em prol de um futuro mais

sustentável. Referenciou a desigualdade que existe na sociedade portuguesa, quando as mulheres acedem a lugares de poder e de liderança. (anexo 2)

O membro José António Matos continuou os trabalhos, recordando o 25 de Abril, data importantíssima para muitos portugueses, pelo que é importante recorda-la, afirmando que quem não conhece o passado, não consegue gerir o futuro. Felicitou a Câmara pelo magnífico concerto comemorativo, em colaboração com a ACERT, bem que entendem que deveria ter sido dado mais ênfase à data, com uma sessão evocativa nos Paços do Concelho, que espera que aconteça de futuro. (anexo3)

Período da Ordem do Dia

2,1, Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

A senhora presidente da câmara apresentou o relatório de atividades e financeiro, anexos 4 e 5, referindo que de acordo com as projeções, de início de 2022, era prevista a retoma económica e recuperação dos mercados. Mas, atendendo à invasão, ocorrida na noite de 23 para 24 de fevereiro, à Ucrânia, alterou-se o panorama geopolítico e económico. Disse que o município de Tondela manifestou a sua solidariedade para com o povo Ucrainiano, tendo até ao momento acolhido 17 Ucrainianos refugiados, aos quais foi dado o apoio social necessário. Evocou a ajuda solidariedade, na organização de uma campanha de recolha de bens, pela qual foi possível entregar 10 toneladas de bens na cidade Polaca, Pruszków. Disse que foi celebrado Abril, de mãos dadas, num concerto solidário, organizado pela ACERT.

Referiu que o conflito armado originou um agravamento económico, com a subida de preços das matérias-primas energéticas e de bens primários, social e geopolítico, com consequências imprevisíveis.

Fez uma abordagem ao andamento das empreitadas e à retoma de várias atividades culturais, tendo de seguida, demonstrado pela visualização de imagens, as atividades desenvolvidas, no período compreendido entre a assembleia de fevereiro e a presente data.

O membro Rui Santos, seguidamente, interveio dizendo que o relatório apresentado numa parte evocava a atividade corrente, o que é normal, com o enquadramento diagnóstico, do qual concorda.

Referiu, tal como evocou na assembleia intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, que o projeto BUPI é importantíssimo, mas que tem um problema para a nossa região, que é a escala da cartografia onde é trabalhado. Atendendo que numa região onde predomina o minifúndio é impossível fazer uma localização correta das propriedades, o que pode provocar conflitos por indefinição e desconhecimento que as pessoas têm das extremas. Disse que é problema ao qual haverá necessidade de encontrar soluções. Referiu que uma das soluções seria a utilização de equipamentos de georreferenciação de precisão.

Disse ter ficado satisfeito com a conclusão da estrada Fráguas / Sabugosa, questionando se já equacionou o alargamento do pontão em Fráguas, por ser atualmente uma das zonas mais perigosas, algo que o anterior presidente lhe disse quando consultou o processo, que seria pensado a seguir à requalificação da estrada.

Referiu ter tido conhecimento que aquando da caminhada das Rotas dos Moinhos, os moinhos encontram-se fechados, pelo é tirado pouco proveito dos moinhos.

Efetuiu uma abordagem ao relatório financeiro, no que concerne as receitas e transferências de capital que tem uma execução de 5,12%, quando dever-se-ia estar praticamente nos 25%, o que o preocupa, pelo facto dos projetos aprovados terem uma taxa de execução tão baixa, correndo o risco de não ser possível a execução de projetos aprovados.

De seguida, interveio o membro Carlos Amaral reiterando o evocado pelo membro Rui Santos, sobre a baixa execução das empreitadas, disse que é algo transversal, que preocupa a todos, que deve ser gerido em função da evolução da situação mundial.

Saudou pelas vezes que a senhora presidente referiu o Caramulo e a Serra, na sua apresentação em imagens das atividades da câmara, atendendo que é um território vasto e rico e que anteriormente parecia que estava esquecido. Disse que por vezes não é com grandes investimentos, mas que deve ser feito com brio e ter noção do que se faz.

Referiu a vinda de famílias Ucrânicas, partilhou a sua preocupação na integração de refugiados, atendendo que a maioria tem dificuldade em exprimir-se, pois não sabem falar português ou inglês, exemplificou com uma experiência vivida aquando do transporte de uma família de refugiados. Deste modo, questionou se o município conhece a caracterização/perfil das pessoas que serão encaminhadas para o concelho e quais são as formas que tem previstas para integra-los, assim como se existe alojamento



disponível para os acolher. Disse que a vinda de refugiados pode ser uma mais valia, atendendo que poderá haver a capitalização de mão de obra em áreas deficitárias.

Congratulou-se pelos apoios dados à natalidade e referiu-se à preocupação pela falta de professores nas escolas.

Reiterou o evocado pelo membro Rui Santos, sobre a forma como é feita a identificação dos terrenos no BUPI e os conflitos que poderão originar.

De seguida, o membro Martinho Rodrigues questionou sobre o ponto de situação da empreitada da via ciclável de Campo de Besteiros e a requalificação da estrada que liga a Corte à ZIM do Lajedo. Perguntou, igualmente o ponto de situação da empreitada a ZIM do Lajedo a Lourosa, uma mais valia para todas as pessoas que se deslocam para a Zona Industrial e que de acordo com o proferido pelo anterior presidente de câmara que disse que seria uma realidade a curto prazo. Questionou, também sobre o ponto de situação da estrada que ligará Tondela à Zona Industrial do Lajedo.

Disse, que subscrevia as palavras do membro Carlos Amaral relativamente ao esquecimento da Serra do Caramulo e que as pessoas não devem ser muito diferentes das de agora.

O membro Márcio Santos continuou os trabalhos, neste ponto da ordem do dia, evocando o aumento dos custos das matérias primas e a falta de mão de obra, pelo que acredita que a gestão dos projetos, seja um desafio permanente e uma luta desigual por não se perceber para quando um período de estagnação.

Desta forma, questionou em que moldes estão a decorrer a descentralização de competências nas áreas da educação, da ação social e na saúde. Referiu que na área da ação social foi deliberado não assumir, enquanto não houvesse garantia da contrapartida financeira, pelo que alertou para que seja retirado ilações do processo da educação e que não sejam efetivadas as transferências de competências na área social e da saúde, sem que hajam garantias de negociações e atualizações de todos os custos e investimentos associados aos processos.

Reconheceu que a senhora presidente está empenhada e que nesse ponto de vista, o município está bem posicionado tecnicamente. Referiu que não ignoram as vantagens de proximidade e de ganho de escala, principalmente para municípios como o de Tondela. Contudo, disse que os municípios não podem ser meros gestores de recursos humanos e de edifícios, sem que isso se traduza num real ganho para todas as partes.
(Anexo 6)



O membro Nelson Martins tomou da palavra, iniciando com um pedido de desculpas à senhora presidente, pelo facto de na assembleia municipal de fevereiro ter insistido que a senhora presidente estava a referir-se à execução anual das atividades mais relevantes para 2022, quando era 2021.

Seguidamente, efetuou uma abordagem sobre as lombas redutoras de velocidade, de acordo com o descrito na legislação em vigor. Disse que percorrendo os concelhos da região, existe lombas para todos os gostos, das mais suaves, às mais agressivas. Deste modo, recomendou que a Câmara Municipal de Tondela adotasse uma nota técnica emitida pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, em 2007, “Instalação e sinalização de lombas redutoras de velocidade”. (Anexo 7)

O senhor presidente da Mesa referenciou a correção e elevação democrática do membro Nelson Martins, pela forma como iniciou a sua intervenção. Desejando que todos sejam capazes de seguir esse espírito, pois nem sempre se acerta em tudo o que se diz, mas que seja feita com elevação.

A senhora presidente agradecendo todas as questões colocadas, com muita pertinência, referindo a importância na discussão dos assuntos e do dia a dia das atividades camarárias.

Ao membro Rui Santos, disse que concorda com ele, relativamente às questões técnicas e o projeto BUPI, no que concerne à delimitação dos terrenos. Referiu que tem sido discutido nas reuniões com as equipas de acompanhamento, mas que tem a ver com a forma como foi pensado o projeto, de forma informal, que tem como principal preocupação o registo de propriedade. Disse à medida que vai sendo concluído o registo, vai aumentado os pontos de conflito. Referiu que teria sido fundamental que quem projetou o projeto tivesse em consideração uma forma mais precisa de georreferenciação. Contudo, têm sido alertados os proprietários para incluírem, caso tenham, um levantamento topográfico.

Quanto ao pontão de Fráguas, disse ser uma matéria que será pensada em breve, por ser uma preocupação nos próximos tempos.

Relativamente ao percurso pedestre, disse ter sido feita uma reflexão, para melhoria daquilo que é um produto turístico e fruição do património natural e edificado.

No que diz respeito à execução das candidaturas, disse estar preocupada quanto ao futuro que se avizinha, pelo que na sua intervenção demonstrou alguns dados de preocupação, em virtude de a uma crise sanitária ter sucedido uma crise armada. Se bem que na crise sanitária, os governos tenham tomado medidas financeiras para mitigar as



implicações económicas e sociais, o que pode não ser possível na crise armada, pelo que merece reflexão, uma reavaliação daquilo que são as formas de atuação, com capacidade de inovação da forma como nos posicionamos perante os problemas, de modo a poder encontrar soluções diferentes.

Ao membro Carlos Amaral, disse que relativamente ao acolhimento de refugiados, desde o início a câmara tem trabalhado em colaboração estreita com as orientações emanadas pelas entidades nacionais, nomeadamente o Alto Comissariado das Migrações e a Embaixada Ucraniana. Referiu que estão a ser acolhidas pessoas vindas do Centro Nacional de Acolhimento de Cascais, com perfil avaliado, disse que a senhora vereadora Vera Machado tem acompanhado as várias reuniões com várias entidades, envolvendo entidades da área da saúde, educação, segurança e de forma integrada com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, para integração no mercado de trabalho, de modo a poder dar a formação necessária, nomeadamente na aprendizagem da língua do inglês e posteriormente do português. Relativamente à habitação, disse que o município tem disponíveis habitações, que foram sinalizadas por famílias e pelas juntas de freguesia, agradecendo o trabalho que estas autarquias têm efetuado desde o início.

Relativamente ao apoio à natalidade, disse que é importante a referência, tornando publico este apoio. Referiu ser importante de futuro de haver a necessidade de políticas, assim como repostas sociais que possam combater a saída do interior. Deste modo, disse que a tutela deverá criar políticas de discriminação positiva de apoio às instituições de solidariedade social, que prestam a importante retaguarda familiar às famílias.

Agradeceu ao membro Nelson Martins pela correção, assim como a entrega das normas técnicas sobre as lombas redutoras. Disse que de facto nos últimos anos verificam-se de todos os gostos, contudo, entende que deve imperar o bom senso para que seja a mais adequada ao local.

Relativamente à transferência de competências, disse existir instabilidade na definição nas medidas de operacionalização da transferência de competências no domínio da educação, apesar dos trabalhos preparatórios efetuados no último ano. Referiu que de momento não está claro o montante financeiro a que se referem, assim como de acordo com a DGEstE podem ser delegados nos Agrupamentos um conjunto de competências, sendo que de acordo com pareceres jurídicos, tal não é possível. Contudo, foi efetivada a 1 de abril, a transferência de competências, com a estreita colaboração



dos agrupamentos de escolas do concelho. No entanto, alertou para a insuficiência dos montantes financeiros.

Ao membro Martinho Rodrigues, respondeu que foi anulado o concurso, para as obras na via ciclável de Campo de Besteiros, por existir necessidade técnicas de ajustar à realidade atual. A empreitada da ligação a Lourosa, está a ser avaliada. Em relação à via de ligação Tondela / Lajedo, disse terem sido concluída as últimas inspeções geológicas necessárias para dar andamento ao projeto de execução.

2,2 Prestação de Contas do ano de 2021

A senhora presidente apresentou os documentos, auxiliando-se da projeção de um power point, com gráficos demonstrativos as grandes linhas da prestação de contas. Informou que o Município de Tondela, a 31 de dezembro de 201, tinha participações societárias, sendo: 2% da Ecobeirão; 49% na Tondelviva; 30,08% na Escola Profissional de Tondela; 2,62% na CESAB e 0,16% no FAM. Disse que em 2021, o grau de execução da receita foi de 68,87%, da despesa de 51,86%, o plano Plurianual de investimentos apresentaram um coeficiente de realização de 37,35% e as Grandes Opções do Plano registaram um grau de execução de 45,38%. Referiu que a margem utilizável, a 1 de janeiro de 2021, para dívida total era de 4 349 618,07€, sendo o montante da dívida total, a 31 de dezembro de 4 562 035,31€. Nestes termos, os documentos propõem o resultado líquido de 504 631,51€, que serão aplicados no montante de 25 231,58€ em reversas legais e o montante de 479 399,93€ em resultados transitados.

O membro Rui Santos referiu que iria efetuar uma apreciação de natureza política. De seguida, sugeriu que de futuro, fosse efetuado uma explicação sumária, de cada rubrica, para entendimento de todos. Continuou com a declaração de voto, que se transcreve:

“Declaração de voto contra a Prestação de Contas da Gerência da Câmara Municipal de Tondela relativa a 2021.

A votação que hoje aqui fizemos é uma votação de apreciação política, como é nossa competência, sobre a prestação de contas dos resultados da Administração da Câmara Municipal de Tondela no que diz respeito ao cumprimento dos objetivos e compromissos que se propôs atingir nas propostas de Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos e correspondente Orçamento Municipal de suporte, e não



qualquer apreciação aprofundada sobre os documentos contabilísticos, que é obrigação dos Serviços e do Revisor Oficial de Contas.

Os documentos da Prestação de Contas só vieram documentar de forma muito mais clara e extensa as razões que nos levaram a votar contra a 1ª Revisão Orçamental do ano corrente, feita para distribuir o saldo da gerência anterior, após a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa, como a lei excecional atualmente ainda permite.

Por isso votámos contra na medida em que na prestação de contas, como os nossos vereadores já referiram na CM, se evidencia:

1- Uma falta de visão estratégica para o desenvolvimento do concelho, que identificasse claramente as necessidades prioritárias e as articulasse com o que de bom foi feito e enquadrasse e justificasse as opções propostas. Sem essas condições não se aproveitou convenientemente as possibilidades de necessária mobilização para um desenvolvimento integrado e sustentável, nem se inovou nas apostas em áreas hoje consideradas como prioridades como sejam as do ambiente e potenciação dos recursos endógenos, desaproveitando-se mesmo significativas oportunidades de candidaturas a linhas de financiamento comunitária nessas áreas;

2- Um elevado número de obras que se arrastam no tempo, que têm sofrido pela baixíssima taxa de execução das GOP's e PPI's, o que contraria os compromissos assumidos pela maioria evidenciando baixa capacidade política de gestão municipal, como mais abaixo de documenta num quadro com alguns exemplos;

3- O ano de 2021 foi mais um “ano perdido” quanto à execução de Estratégia Local de Habitação de Tondela, (ELHT), que previa uma programação temporal de investimentos, a iniciar no ano de 2020, com vista a solucionar as diversas situações sinalizadas. Torna-se evidente que ao longo do ano não houve efetivo empenhamento no desenvolvimento de políticas e programas de colocação no mercado de habitação a custos controlados, perdendo-se grande número de oportunidades de candidatura a qualquer um dos 16 programas de financiamento que a Nova Geração de Políticas da Habitação disponibiliza, continuando a subaproveitar regimes de financiamento extremamente favoráveis, ao abrigo do primeiro direito. Os interesses, ainda que legítimos, dos promotores privados não podem sobrepor-se aos interesses gerais do município em que avulta a necessidade de criação de condições para fixação de população residente jovem, para quem habitação acessível é uma condição essencial;

4- Apesar da Covid, que não pode ser a desculpa para tudo o que de mau acontece, a Câmara não soube aproveitar algum desanuviamento e até crescimento, bem



espelhado no aumento das receitas corrente e de capital relativas ao ano económico de 2021, em que as transferências da Administração Central e a cobrança nos impostos directos aumentou mais de 1 300 000 em relação a 2020;

5- Tendo em conta os saldos de depósitos e contas não se percebe por aumentaram as dívidas a fornecedores 2021- € 1 414 647,36; 2020 € 604 274,68 – aumentou em €810 372,68 euros a dívida em relação ao ano anterior; e a fornecedores de investimentos 2021: €585 022,60; 2020: € 309 437,96 – aumenta em €275 584,64 a dívida em relação ao ano anterior, aumento que tirou liquidez à economia local e aos credores, que com a pandemia mais dela necessitavam;

6- É muito difícil aceitar que o segundo concelho mais importante do distrito nos apresenta tão baixas taxas de execução em 2021:

- Execução da receita 68,87%;
- Grau de execução da despesa de 51,86%;
- Coeficiente de realização global o Plano Plurianual de Investimentos, 37,55% o que correspondeu a um montante de 8.247.827,89 euros;
- As Grandes Opções do Plano apresentaram um grau anual de execução de apenas 45,38%.
- A receita de capital apresentou um grau de execução de 29,19%, penalizada pela incapacidade de execução das candidaturas financiadas por fundos comunitários, em que só se recebe quando se executa;
- As Despesas de Capital realizadas totalizaram no exercício de 2021 o montante de 1.439.162,20 euros, refletindo uma taxa de execução de aproximadamente 40%;
- A rubrica Aquisição de Bens de Capital, onde estão incluídos todos os investimentos previstos no PPI –Plano Plurianual de Investimentos, que atingiu o valor pago de 8.247.827,89€, representa 72,10% do total das Despesas de Capital, tendo registado uma taxa de execução de apenas 37,56%.

Os investimentos mais prejudicados, ordenados pela taxa de execução ilustram bem a natureza da vontade política de quem nos governou:

Investimentos plurianuais prejudicados	Previsão do ano	Execução do ano	% de execução

Turismo	929.755,00€	13.048,80€	1,4%
Habituação	256.835,00€	12.546,00€	4,88%
Serviços Individuais de Saúde	369.190,00€	60.213,39€	15,47%
Indústria e Energia	3.911.401,00€	894.751,54€	22,88%
Abastecimento de água	94.840,00€	26,418,08€	27,86%
Protecção do M.Ambiente C.Natureza	1.827.228,00€	884 567,79€	24,20%
Saneamento	2.986.861,00€	1.042.091,54€	34,89%
Transportes Rodoviários	4.963.614,00€	2.126.795,02€	42,85%

7- Esta prestação de contas reforça a nossa convicção de não ser esta a gestão camarária adequada às necessidades e às exigências de Tondela, no contexto atual. Com esta execução orçamental, como poderemos travar o processo contínuo de despovoamento? Como reclamamos mais financiamento se não executamos o que temos aprovado? Insistimos na definição de uma estratégia de desenvolvimento integrado sustentável e para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, com a participação de todos.

8- São baixíssimas as taxas de execução desde o início do mandato anterior, sobretudo nas áreas de investimento, que para além de situações externas como os incêndios 2017 ou a Covid, muito terão a ver com o modelo centralizado de decisão política da CMT no Presidente. Daí que se imponha uma aposta para o futuro numa participação mais significativa das Juntas de Freguesia na gestão de uma maior fatia do Orçamento Municipal, potenciando a capacidade de execução permitida pelos acordos de execução que em 2021 não tiveram qualquer expressão, para aumentar as suas taxas de

execução a bem do desenvolvimento do Concelho e da qualidade de vida dos nossos concidadãos;

Uma mudança de opções políticas municipais e de modelo de gestão política precisa-se. Daí o nosso voto contra.”

Seguidamente, entregou à mesa dois requerimentos, relativamente ao andamento das hastas públicas e relativamente à Tondelviva. (Anexos 8 e 9)

O membro Andreia de Sousa interveio dizendo que a prestação de contas reflete a imagem de uma instituição sólida, que nunca baixou os braços às adversidades, apresentando uma boa saúde financeira, capaz de cumprir os seus compromissos. Referiu o efeito da pandemia na economia familiar e empresarial, que conduziu a um aumento de preços generalizados. Disse que o executivo soube direcionar esforços para as prioridades, nomeadamente no setor social e familiar, não esquecendo os grandes investimentos. Deste modo, disse que o grupo do PSD irá votar favoravelmente os documentos. (Anexo 10)

A senhora presidente agradeceu as intervenções e disse que em 2021 foi um ano pandémico, com o início de vacinação que decorreu durante vários meses, mas em que o vírus adquire um carácter intermitente e inusitado. Referiu que se é um facto que a pandemia atingiu as empresas, estas dependem das pessoas, tendo obrigado a paragens porque muitas equipas não puderam trabalhar, o mesmo acontecendo dentro da Câmara. Contudo, comparando com os anos anteriores 2018/2019 e 2020, o exercício teve uma taxa de execução consentânea com aquilo que foram os anos anteriores, que também foram difíceis, o que obrigou a muita motivação e determinação para poder enfrentar todas as vicissitudes.

Colocada à votação a prestação de contas do ano de 2021 foi aprovada por maioria, com os votos contra dos membros: Rui Santos, Rui Figueiredo, Marta Marques, Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Nelson Martins, Martinho Rodrigues. Abstiveram-se os membros: Fernando Santos Silva, Ana Maria Duarte, Mário Simões, Vítor Mota e Paulo Dinis. Votaram favoravelmente os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Márcio Santos, Guilherme Duarte, Alfredo Leitão, Carlos Amaral, Francisco Fonseca, Teresa Albuquerque, António Almeida Dias, Paulo Alexandre Lopes, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Henriques Ferreira, Ricardo

Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Ventura Sousa, José Carlos Ferreira, Paulo Bizarro, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro

2.3. 2ª alteração modificativa ao orçamento e as GOP's de dois mil e vinte e dois

A senhora presidente disse que a revisão tem como principal mote a possibilidade de criação de vários níveis de resposta à delegação de competências da educação. Referiu que atendendo à indefinição e divergência de opiniões jurídica sobre a possibilidade de celebrar contratos interadministrativos entre o Município e os Agrupamentos de Escolas do Concelho. Deste modo, disse terem procedido à criação de rubricas de modo a poder acolher essa celebração de contrato, caso seja possível.

O membro Rui Santos disse que se irão abster, por esta revisão integrar ajustamentos fruto da delegação de competências.

Colocada à votação a 2ª alteração modificativa ao orçamento e às GOP's de 2022, foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Rui Figueiredo, Marta Marques, Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Nelson Martins, Martinho Rodrigues. Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Márcio Santos, Guilherme Duarte, Alfredo Leitão, Carlos Amaral, Francisco Fonseca, Teresa Albuquerque, António Almeida Dias, Paulo Alexandre Lopes, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Henriques Ferreira, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Ventura Sousa, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4. Apreciação do inventário de bens e direitos patrimoniais

A senhora presidente referiu que o documento enviado é bastante extenso e que resulta do inventário dos bens do município.



2.5. Contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões - Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros no ano de 2022

A senhor presidente fez um resumo do âmbito dos contratos interadministrativos.

Colocado à votação o contrato interadministrativo de delegação de competências foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rui Figueiredo, Márcio Santos, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Teresa Albuquerque, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Alexandre Lopes, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Henriques Ferreira, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Ventura Sousa, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.6. Contrato interadministrativo a celebrar com a CIM Viseu Dão Lafões - Sistema de Gestão Cadastral - despesa corrente

Não houve intervenções.

Colocado à votação o contrato interadministrativo de delegação de competências foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rui Figueiredo, Márcio Santos, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Teresa Albuquerque, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Alexandre Lopes, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Henriques Ferreira, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Ventura Sousa, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.7. Contrato interadministrativo a celebrar com a CIM Viseu Dão Lafões-Sistema de Gestão Cadastral - despesa capital

Não houve intervenções.

Colocado à votação o contrato interadministrativo de delegação de competências foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rui Figueiredo, Márcio Santos, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Teresa Albuquerque, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Alexandre Lopes, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Henriques Ferreira, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Ventura Sousa, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.8. Contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e as Juntas /Uniãos de Freguesias no âmbito dos transportes escolares

Não houve intervenções.

Colocado à votação o contrato interadministrativo de delegação de competências foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rui Figueiredo, Márcio Santos, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Teresa Albuquerque, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Alexandre Lopes, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Henriques Ferreira, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas,

José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Ventura Sousa, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.9. Contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e Juntas/Uniões de Freguesias - Combate ao sedentarismo

Não houve intervenções.

Colocado à votação o contrato interadministrativo de delegação de competências foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rui Figueiredo, Márcio Santos, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Teresa Albuquerque, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Alexandre Lopes, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Henriques Ferreira, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Ventura Sousa, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.10. Outros assuntos de interesse para o Concelho

O membro Paulo Dinis interveio relativamente ao BUPI. Disse que antes das equipas se deslocaram à União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho, foi à repartição de Finanças e à Conservatória, para se informar sobre os procedimentos e custos, ao que informaram, em Tondela, que iria haver custos para os contribuintes. Referiu que questionados os técnicos do BUPI sobre o assunto, estes ficaram estupefactos, atendendo que de acordo com a Lei e pelo que está a ser praticado noutros



concelhos, não há custos para os contribuintes. Deste modo, questionou a senhora presidente se pode o município intervir perante os serviços em causa, de Tondela.

Seguidamente, dirigiu-se ao membro Carlos Amaral dizendo que ainda não o ouviu falar sobre a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho. Disse que desde junho de 2021, altura em participou pela primeira vez na assembleia, o assunto predominante, principalmente com o elenco anterior, era relativamente às Zonas Industriais. Disse não estar contra as Zonas Industriais, pois é um fator de desenvolvimento do concelho, mas um concelho tem muito mais, tem: turismo, agricultura, paisagem e muito mais. Pelo que apelou à senhora presidente de Câmara que olhe para o concelho, dizendo que vem “cheio de bagagem que espera que não se esvazie”.

A senhora presidente respondeu que relativamente ao projeto BUPI, informou que tiveram uma reunião com a senhora conservadora para articular algumas questões. Disse ainda que foi contactada a repartição de Finanças e de momento não estão a efetuar qualquer cobrança aos munícipes.

Seguidamente, referiu que a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho será uma das freguesias que irá constituir uma candidatura para um apoio técnico, no âmbito do “Condomínio de Aldeia” projeto esse de mais relevância. Realçou o empenho e entusiasmo dos senhores presidentes de junta que aderiram ao projeto, apesar que não ter sido possível aplicar a todas as juntas de freguesias, atendendo ao rácio florestal, o que impediu o alargamento a outras freguesias.

O membro José António Matos interveio dizendo que de acordo com os dados dos últimos Censos, há um decréscimo populacional, não só devido à diminuição da natalidade, mas também devido ao enorme fluxo migratório. Referiu que todas as famílias têm um familiar que vive além-fronteiras, mas que infelizmente não existe dados sobre o número de Tondelenses na Diáspora. Realçou que caso seja aprofundado a questão, é constatado que muitos Tondelenses são empreendedores de sucesso nos países de acolhimento.

Referiu que Tondela para além de terra de emigrantes, também é uma terra de imigrantes. Enumerou alguns mecanismos colocados à disponibilidade das migrações. Mas, realçou que a importância esta comunidade para o país, não é só económica, mas também a nível da participação cívica, onde se destaca o voto em atos eleitorais. Defendeu a plena participação e integração ou reintegração, criando iniciativas de acolhimento que favoreçam a diversidade cultural. Deste modo, propôs a sua

disponibilidade em colaborar na implementação de um Conselho Consultivo das migrações, assim como para em colaboração com as juntas de freguesias seja feito um mapeamento dos migrantes do concelho e que seja efetuado anualmente, uma receção de boas vindas, nos Paços do Concelho. (Anexo 11)

O membro Nelson Martins interveio, de seguida, relativamente ao teor de informação que contém o site das Termas de Sangemil. Referiu que é indicada a localização das Termas e como chegar às mesmas, quer seja por automóvel, quer seja por comboio. Ora entende que deve haver correção/melhoria da informação, exemplificando várias incorreções. (Anexo 12)

O senhor presidente da Mesa, seguidamente, pediu aos grupos parlamentares, para que indiquem à Mesa, membros, a saber 3 membros do PSD, 2 membros do PS e 1 do Chega, para criação um grupo de trabalho, que irá preparar e organizar a iniciativa “parlamento jovem”. Referiu que caso algum presidente de junta pretenda integrar o grupo de trabalho deverá dar conhecimento à Mesa, propondo, igualmente, que o vereador do pelouro da educação integre o grupo.

Colocado à votação a constituição do Grupo de Trabalho, o mesmo foi aprovado por unanimidade pelos membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rui Figueiredo, Márcio Santos, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Teresa Albuquerque, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Alexandre Lopes, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Henriques Ferreira, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Ventura Sousa, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

3-Período aberto ao Público, incluindo participação de alunos do agrupamento de escolas de Tondela Cândido de Figueiredo para apresentação das suas conclusões na iniciativa de educação cívica "Tenho Voto na Matéria"

O senhor presidente da Mesa informou a assembleia, que no final do ano de 2021, a Mesa foi contactada pelo Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo, para poder apresentar numa assembleia, as conclusões de um trabalho realizado por alunos, da Escola Secundária de Molelos, intitulado “Tenho Voto na

Matéria”, pelo que deu a palavra à senhora professora Ana Antunes, coordenadora da estratégia de educação para a cidadania do referido agrupamento de escolas.

A professora Ana Antunes, de seguida, referiu que após as eleições autárquicas, a UNICEF lançou um repto às escolas denominado tenho “Voto na Matéria”, onde convidava, para aumentar a participação cívica e democrática dos jovens, a lançar uma série de iniciativas. Disse que na Escola Secundária de Molelos, com os alunos do secundário, foi aplicado um inquérito “O que gostava de ver melhorado no meu concelho”, sendo o resultado apresentado pelas alunas de seguida. Seguidamente, em nome da senhora diretora do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo, convidou a assembleia para que a primeira Assembleia de Jovens ou uma Assembleia Municipal possa realizar-se na Escola Secundária de Molelos.

O senhor presidente da Mesa agradeceu o convite do Agrupamento pela disponibilidade para a realização de uma assembleia na Escola Secundária de Molelos. Seguidamente, deu a palavra aos alunos: Inês Simões, Maria Sousa, David Freitas e Alexandra Rebelo que apresentaram as conclusões do citado trabalho. (Anexo 13)

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas dezoito horas, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que é devidamente assinada por:

O Presidente:

O 1º Secretário:

O 2º Secretário:



anexo 1

A
F
J

Grupo Parlamentar Do Partido Socialista

Assembleia Municipal De Tondela

Exmos. Membros da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Tondela

Caros Deputados e restantes presentes

A invasão russa da Ucrânia causou a maior crise humanitária na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Milhares de vidas já foram perdidas e milhões de meios de subsistência foram interrompidos. Nós, como tantos outros, estamos chocados com a tragédia humanitária que se desenrola e as consequências desta guerra brutal.

Como em qualquer conflito, a incerteza é alta. Não está claro como a situação militar, o processo político e as contramedidas em todo o mundo se desenrolarão – em curto ou longo prazo. No entanto, já é certo que, como consequência do impacto económico da crise nos mercados de energia e alimentos, as interrupções afetarão muitos na Europa e além. Além do sofrimento e da crise humanitária da invasão da Ucrânia pela Rússia, toda a economia global sentirá os efeitos do crescimento mais lento e da inflação mais rápida. Os impactos fluirão através de três canais principais. Primeiro, os preços mais altos de produtos como alimentos e energia aumentarão ainda mais a inflação, desgastando o valor das despesas.

Não há como minimizar o golpe que a guerra deu aos sistemas alimentares, já frágeis por dois anos de interrupções do COVID-19, eventos extremos climáticos, desvalorizações da moeda e agravamento das restrições fiscais. Como a Ucrânia e a Rússia respondem por mais de um quarto das vendas anuais de trigo do mundo, a guerra levou a um aumento significativo no preço dos alimentos, não apenas trigo, mas cevada, milho e óleo, entre outros exportados por esses dois países. Os preços globais e domésticos dos alimentos já estavam perto dos máximos de todos os tempos antes da guerra, e um grande ponto de interrogação paira sobre as colheitas das próximas temporadas em todo o mundo devido ao forte aumento nos preços dos fertilizantes. Entre os agricultores, os produtores de carne, leite, pão e ovos e os industriais do sector alimentar não há memória de uma situação tão grave como a que o nosso país enfrenta atualmente. À seca e à escalada de preços na energia e nos combustíveis a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, gerou uma subida descontrolada do custo de várias matérias-primas essenciais, o que pode provocar uma escassez que obrigará à imposição de racionamentos em Portugal.

A remoção das barreiras comerciais, o foco no uso mais eficiente de fertilizantes e o redireccionamento de políticas e gastos públicos para melhor apoiar os agricultores podem ajudar a proteger a produção de alimentos. Também é hora de investirmos em mais na Pesquisa e Desenvolvimento nessa área: ampliar a ciência e a aplicação de

biofertilizantes, menos dependentes de combustíveis fósseis do que de fertilizantes sintéticos, aumentaria as opções sustentáveis para os agricultores.

O OE2022 prevê um montante global de aproximadamente 570 milhões de euros para mitigar o choque geopolítico na produção nacional e na agricultura. O Programa Orçamental da Agricultura e Alimentação regista um crescimento de quase 24% face aos dados provisórios da execução de 2021, representando um acréscimo de 272,5 Milhões de Euros de despesa efetiva e uma clara aposta no setor.

O Governo assegura também, no âmbito do PDR 2020, a abertura de um aviso exclusivo para os detentores do Estatuto da Agricultura Familiar para apoiar pequenos investimentos em explorações agrícolas, assegurando um financiamento até 3M euros. É bastante obvio que é necessário um forte estímulo de medidas que permitam um avanço equitativo e inclusivo para uma agricultura mais sustentável, contribuindo para uma maior autonomia alimentar do país, minimizando assim o impacto nos consumidores. Como consequência, as CM deviam ser proativas e investir na reabilitação do terreno agrícola e no incentivo ao investimento de jovens agricultores na exploração agrícola. Dos dados que consultei temos atualmente cerca de 4340 ha dedicados a agricultura num total de 37057 ha (cerca de 12% da área). Temos uma oportunidade de fazer a diferença, de ser inovadores e apostar na expansão e renovação da estrutura produtiva agroindustrial. Apostar na conceção de áreas de terreno agrícola como forma de promover também áreas empresariais de base agrícola, reforçando a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas, criando valor económico para o concelho e para a região. Em paralelo e não menos importante, estas medidas permitiriam aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais.

Uma CM empreendedora e pioneira aliada, por exemplo, a uma instituição do ensino superior e/ou tecnológico ou de investigação poderia avançar com projetos de investigação e inovação, com carácter de projetos-piloto liderados pela CM de Tondela, fixando mão-de-obra qualificada no concelho, com o objetivo de identificar soluções para os problemas da agricultura e dos agricultores. A abordagem poderia apostar em várias frentes: identificar soluções que permitam o uso eficiente do solo, em termos de consumo de água; criar equipamentos com aplicação de robótica para fins agrícolas, como a rega ou a aplicação de tratamentos fitossanitários; identificar soluções para mitigar o impacto dos incêndios florestais.

Mais uma vez, o PS de Tondela esta disponível para um debate construtivo para que possamos construir um concelho competitivo e sustentável, com qualidade de vida para todos os seus habitantes.

Assembleia Municipal de Tondela, 29 abril de 2022

Marta Marques

cedido?
E
R
Jo

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Senhora Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Deputados Municipais, Vereadores, Comunicação Social e Público presente,

Dirijo-me a vós neste período Antes da Ordem do Dia e começo por agradecer aos capitães de abril a oportunidade de estar hoje aqui convosco, agradeço-lhes também por não ter vivido a ditadura, a censura, o 25 de abril de 1974 mudou a vida milhares de jovens, das suas famílias, aldeias, cidades, do país. Concedeu-lhes a liberdade!

Que esta liberdade adquirida nos faça ser mais ambiciosos nas inclusões e coesões, no que ainda está por fazer em setores como a saúde, ciência, educação, desporto, inovação, segurança social, emprego, justiça, cultura e que consigamos derrubar intolerâncias pessoais, sociais e demográficas em prol de um futuro mais sustentável. Sejamos capazes de criar emprego, competir, recuperar a classe média e lutar contra a pobreza.

Não devemos assobiar para o lado quando da igualdade de género se fala, do papel da mulher na sociedade portuguesa, na vida política, na gestão de topo das empresas, na barreira que persiste aquando da possibilidade de uma mulher aceder aos lugares de poder, de liderança.

As mulheres portuguesas estão ainda longe de ser reconhecidas, estas mesmo também sofreram, foram condenadas, lutaram pela liberdade e emancipação.

Apesar da sua formação superior, continuam a ganhar menos cerca de 17% que os homens, já para não falar na precaridade laboral devido, por exemplo, à sua vontade de serem mães (contrassenso ao combate á natalidade), ao assédio sexual e á meia centena de casos de violência doméstica por dia.

As mulheres têm tanto valor como os homens e não se quer que os lugares sejam impostos, queremos que sejam concedidos tendo por base a meritocracia.

Mas mais que tudo, nunca devemos esquecer que o 25 de abril não é propriedade de ninguém e que a democracia só faz sentido com humildade, debate e pluralismo!

Marta Antunes



Assembleia Municipal de Tondela

02003
A
A.
J

Ex.mo Senhor Presidente da AM

Ex.mos Sras e Sr.s membros da mesa

Senhora Presidente da CMT

Senhores deputados municipais e Presidentes de Junta

Senhores membros do Orgão de comunicação social

Meus Sr.s e minhas Sr.as

Passam este ano 48 anos sobre o 25 de Abril, uma data importantíssima para muitos portugueses. Como todas as datas históricas, é importantíssimo recordá-las, pois quem não conhece o passado dificilmente sabe como gerir o futuro.

Temos que felicitar a Câmara pelo magnífico concerto comemorativo que em colaboração com a ACERT nos brindou no dia 24 de Abril, mas pensamos que a autarquia deveria também ter dado mais ênfase à data promovendo nomeadamente uma sessão evocativa nos Paços do concelho.

Esperamos que no futuro esta efeméride seja evocada com mais pompa e circunstância pela autarquia, pois as conquistas de Abril só serão uma realidade se as gerações vindouras, as lembrarem e valorizarem.

25 de Abril SEMPRE

Tondela, 29 de abril de 2022

Os deputados municipais do Partido Socialista

Relatório de Atividades da Câmara Municipal de Tondela

De 25 de fevereiro a 25 de abril de 2022

Decorreu no passado dia 25 de fevereiro a 1ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tondela.

Acabávamos de sair de mais uma vaga da pandemia COVID-19, desta feita causada pela variante Omicron, durante a qual as medidas de controlo adotadas tiveram felizmente um impacto negativo moderado e de curta duração sobre o crescimento da economia mundial.

Apesar desta vaga, o início de 2022 iniciava-se com o pré-anúncio da retoma económica e recuperação dos mercados.

As projeções económico financeiras projetavam o crescimento do PIB para 4,9%, com a expectativa de convergência nos anos subseqüentes para taxas mais próximas do ritmo estimado de crescimento de longo prazo, ou seja, 2,9% em 2023 e 2,0% em 2024.

Previa-se a expansão da atividade económica, traduzindo-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego.

O aumento da inflação para 2022 estimado em 4,0%, previa-se ser reduzido para 1,6% em 2023 e 2024, estando em 2022 está associado à subida do preço das matérias-primas, energéticas e outras, e à manutenção de estrangimentos nas cadeias de abastecimento globais. A recuperação da procura dos serviços mais afetados pela pandemia contribui também para o aumento da inflação.

Mas o mundo fica novamente em suspenso!

Dias antes, na noite de 23 para 24 de fevereiro, ocorre a invasão da Ucrânia por parte da Rússia, alterando o panorama geopolítico e económico existente.

Prontamente manifestamos a nossa solidariedade para com o povo Ucrainiano a braços com uma violenta e desumana invasão, enquanto simultaneamente repudiamos os atos praticados pela Rússia sobre uma Nação soberana, manifestando um sentimento profundo de lamento por todas as vítimas e mortes registadas.

Manifestamos prontamente a nossa disponibilidade para acolhermos famílias de refugiados ucranianos, e desde o início do conflito que, em estreita articulação com as

entidades responsáveis, temos vindo a articular e a implementar a estratégia necessária a um acolhimento responsável e digno.

Até a data, encontram-se no nosso concelho 17 ucranianos refugiados, aos quais tem sido prestado todo o apoio social necessário, desde o alojamento à disponibilização de alimentos e vestuário.

Num espírito de enorme solidariedade, organizámos uma campanha de recolha de bens para doar ao povo Ucraniano.

Com a ajuda de inúmeros cidadãos, empresas e entidades, às quais agradecemos, foi possível fazer chegar à cidade de Pruszków, na Polónia, 10 toneladas de bens para a Ucrânia.

E celebrámos Abril, de mãos dadas em solidariedade com o povo Ucraniano, num concerto organizado com a ACERT.

O conflito armado na Ucrânia cria um quadro económico, social e geopolítico de imprevisibilidade, que nos impele para uma reflexão profunda sobre as suas consequências.

Os mercados reagem abruptamente, perante o aumento da incerteza e do risco geopolítico, com efeitos negativos sobre os mercados financeiros e sobre a confiança dos agentes.

As pressões inflacionistas intensificam-se abruptamente limitando de forma profundo o dinamismo económico na área do euro, e em Portugal em particular.

O impacto do conflito agrava a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários, agindo negativamente sobre a atividade económica, originando a uma retração do investimento, principalmente nos mercados do Norte da Europa.

A confiança das famílias e dos empresários reduz por força da turbulência nos mercados financeiros, bem como na sequência dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros.

Torna-se imperioso uma reavaliação das projeções económicas e financeiras, por força da **deterioração das perspetivas de crescimento da economia global** no curto prazo e maiores pressões inflacionistas, originada pela invasão da Ucrânia pela.

O conflito implicou **uma intensificação da subida dos preços do petróleo e do gás nos mercados internacionais**, o que reflete a importância da Rússia no fornecimento destas matérias-primas.

O aumento recente dos preços das matérias-primas contribuirá para manter elevada a inflação global em 2022. Na área do euro, as projeções do BCE apontam para uma subida

significativa **da inflação em 2022, para 5,1%** (2,6% em 2021) e uma redução posterior, para 2,1% em 2023 e 1,9% em 2024. Esta situação é muito influenciada pela componente energética, prevendo-se que o preço do petróleo aumenta 45,7% em 2022, para 103,6 dólares por barril, reduzindo-se nos anos seguintes.

No entanto, **a inflação excluindo bens energéticos também aumenta em 2022, para 2,6%** (1,5% em 2021), refletindo os efeitos indiretos da subida dos preços da energia, as pressões ao longo da cadeia de produção associadas às disrupções da oferta global e a continuação da recuperação dos serviços.

O custo das outras matérias-primas também regista novo aumento em 2022, assumindo-se uma reversão nos anos seguintes.

No início de 2022, a evolução da atividade foi condicionada pela nova vaga de COVID-19, pelos constrangimentos no fornecimento de matérias-primas e aumento do seu custo, a par do impacto da subida da inflação no poder de compra das famílias.

Os valores transacionados no início do presente ano com cartões nacionais e de não residentes apontam para um enfraquecimento do consumo privado e das exportações de turismo face ao período anterior. Em linha com esta evolução, observou-se uma redução da atividade nos subsectores de alojamento e restauração. A produção industrial também se reduziu no início do ano, em parte devido ao setor automóvel, que voltou a ser afetado por constrangimentos no acesso a matérias-primas.

Estima-se que o **consumo público**, apresente uma evolução mais moderada, após o forte crescimento de 2021, por via da dissipação do impacto das medidas de resposta à pandemia. O consumo público cresce 1,5% em 2022 (5,0% em 2021) e diminui 1,5% em 2023, 0,1% em 2024. Esta evolução incorpora, em 2022, a eliminação gradual das medidas de contenção da pandemia, em particular na área da saúde, e a redução do efeito de recuperação das horas trabalhadas nas administrações públicas.

As perspetivas para o crescimento da economia portuguesa para os próximos tempos são revistas em baixa e a inflação será substancialmente mais elevada. A instabilidade geopolítica implica que a magnitude do impacto económico do conflito é incerta, envolvendo o risco de materialização de cenários mais adversos.

As respostas de política económica nacional e europeia são cruciais na mitigação do impacto macroeconómico do choque para assegurar a manutenção de um crescimento sustentado.

A crise do conflito armado, sucede à crise sanitária.

As empresas e as famílias, retraem a sua atividade e adiam o investimento, agindo de forma imediata e preventiva, num tempo em que a sua capacidade de resiliência perante

as adversidades se encontra diminuída perante a recente vaga trazida pela variante Omnicron.

Ao longo destes dois meses, apesar das consequências das medidas de proteção sanitária na atividade empresarial se sentirem cada vez menos, assistimos a uma escalada de preços de matérias primas que associado aos ainda existentes efeitos da pandemia originou a uma clara diminuição no ritmo de execução de algumas das principais intervenções que se encontravam a decorrer, principalmente as dependentes de matérias primas derivadas de petróleo, como é o caso das diversas intervenções no domínio das pavimentações.

Apesar de já se encontrarem numa fase final de intervenção, as empreitadas de ampliação das Áreas de Acolhimento Empresarial registam uma ligeira diminuição no seu ritmo de execução, perante a etapa em execução respeitar a execução de pavimentações betuminosas.

Em contraponto, a empreitada da **Reabilitação da Frente Ribeirinha, do Centro Tecnológico e de Empreendedorismo**, cujo processo de definição do modelo de governança está a ser iniciado, e a de **Construção do Centro Oficial de Recolha de Animais**, encontram-se a desenvolvimento, sem que seja sentido de forma tão expressa os impactos do conflito armado.

A empreitada da rede de água e saneamento ao Caramulo, à semelhança de outras apresenta um pequeno atraso no desenrolar dos trabalhos motivado pela escassez e escalada de preços verificada relativamente a algumas matérias primas.

Apesar dos impactos negativos do conflito armado, e de alguma retração financeira, **importa relevar o facto, de que a diminuição do número de casos de infetados pelo SARS COVID-19, a desativação dos planos de emergência, o culminar do processo de vacinação, e a desativação de algumas medidas de contenção**, permitiram que durante este período se verificasse o início da retoma económica e social, registando-se um claro impulso da sociedade neste sentido, acompanhado mais timidamente pelo setor empresarial.

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº 25-A/2022 de 18 de fevereiro de 2022, determinou a para todo território nacional continental, a passagem à situação de alerta, o Município de Tondela desativou o seu Plano de Emergência no dia 1 de março de 2022.

Ainda neste domínio é de referir que o Centro de Vacinação localizado no pavilhão municipal, encerrou também em meados do mês de março, após ter sido atingido uma taxa de reforço de cerca de 65%, tendo o relatório de informação do número de infetados passado ater uma periodicidade semanal.

No domínio da proteção civil e defesa das populações e da floresta contra os incêndios, registe-se o trabalho desenvolvido no projeto “ Aldeia segura “, renovando junto das populações a importância que o mesmo tem na sua defesa .

No domínio da defesa da floresta contra incêndios, promovemos junto das Juntas de freguesia a elaboração de candidaturas ao projeto “ Condomínio da Aldeia “ . Numa estreita colaboração com a Adices, o Município de Tondela apoiou tecnicamente a elaboração das candidaturas nas freguesias de Dardavaz, Guardão e União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho.

Tendo como objetivo a apresentação de uma candidatura ao Fundo Ambiental, iniciaram-se os trabalhos de diagnóstico em campo, e de realização de cartografia.

No domínio da **Ação Social**, para além do especial destaque para as ações desenvolvidas no domínio do acolhimento aos refugiados, destaca-se a **aprovação da Carta Social do Município de Tondela**. Este instrumento de importante **intervenção social** é fundamental para a projeção da nossa atuação futura.

Com o aliviar das medidas de proteção sanitária registado durante este período, o regresso à normalidade começa a ser uma prática cada vez mais presente no nosso dia a dia.

Cientes do papel que o Município tem como **entidade dinamizadora e impulsionadora** das **atividades culturais e desportivas**, tendo presente a importância da função que as **políticas públicas desempenham no impulso das dinâmicas sociais**, promovemos o desenvolvimento de **iniciativas que proporcionam o tão reclamado e necessário regresso à normalidade**.

Nestes termos, e dando continuidade ao trabalho iniciado nos primeiros meses do ano, durante este período foi possível concretizar várias atividades culturais, desportivas, mas também de promoção turística e territorial.

Destacam-se as mais relevantes:

- Participação na **Bolsa de Turismos de Lisboa**, onde marcámos a presença dando a conhecer o que de melhor existe no nosso concelho, apresentando os principais eventos que se irão realizar no concelho de Tondela em 2022;
- **Festa do Livro e da Leitura**
- Início das atividades do Programa **Saúde em Dia** ;
- Realização da **Caminhada do “ Recomeço “**
- Retoma do programa dos **Percursos Pedestres** ;
- **Programa Cultural TondelAnima**, envolvendo diversas associações do nosso concelho, com um programa ambicioso nas 19 freguesias;

- **Queima do Judas** – Espetáculo comunitário promovido pela ACERT, com o apoio do Município;
- **Exposição coletiva de Artesanato** ;

Importa destacar, relevando de forma expressiva, que a retoma imediata das atividades culturais e desportivas, só foi possível graças ao dinamismo latente do nosso tecido associativo ao qual se juntam de forma ímpar as juntas de freguesia.

Mas queremos ir mais além. E por isso já iniciamos a preparação da Soenga, Marchas de Santo António, e Portugal a Dançar.

Destacamos ainda a **aprovação da candidatura realizada pela ACERT à Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, sendo o município parceiro neste projeto.**

No domínio da valorização do património cultural destaca-se a remessa para a direção regional de Cultura do Centro da lista do património imaterial cultural de Tondela, nomeadamente:

- Processo de confeção da louça preta de Molelos;
- Processo de confeção da cestaria de Nandufe;
- Galramento de Molelos;
- Festa das Cruzes;
- Processo de confeção das capuchas de burel do Caramulo;
- Processo de confeção da esteiraria de Lajeosa do Dão; (inativo)

Por força do estabelecido no artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a partir do dia 1 de abril, efetivou-se a transferência de competências no domínio da Educação. Neste âmbito, realizamos diversas reuniões de articulação com os Agrupamentos de Escolas do Concelho, bem como com a CMT e a DGEstE – Centro, no sentido de melhor operacionalizarmos a transferência de competências. Efetivamente naquela data começaram a operacionalizar-se os mecanismos de transferência, , redefinido as áreas de intervenção, o âmbito de atuação e responsabilidade de cada interveniente, assente nos princípios e regras consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na sua redação atual e no Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua redação atual, a que se soma o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que procede ao reforço das áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios, conferindo-lhes, também, novas competências.

No domínio da requalificação rodoviária, é de referir a conclusão da grande parte das intervenções iniciadas em 2021.

Ainda na área da mobilidade, foram concluídas as prospeções geológicas necessárias para a elaboração do estudo geológico da Variante de ligação à Área de acolhimento empresarial do Lajedo / IP3.

No domínio da modernização administrativa e valorização da política de proximidade na prestação do serviço público, apresentamos ao PRR, a candidatura para a constituição **da Loja do Cidadão, no valor de 799.346,00€**, encontrando-se em fase de conclusão a submissão a candidatura aos “Bairros Comerciais Digitais “ .

Concluimos a apresentação das atividades mais relevantes realizadas durante o período de 25 de fevereiro a 25 de abril, com uma pequena referência ao momento que vivemos. Momentos de incerteza latente, é certo! Mas estamos seguros da força motriz dos agentes do nosso concelho, do pulsar do nosso movimento associativo, da capacidade empreendedora do nosso tecido empresarial, convictos que, como aconteceu no passado recente, saberemos construir o futuro.

Tondela, 25 de abril de 2022

A Presidente da Câmara Municipal de Tondela

(Carla Antunes Borges)

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 22 de abril de 2022.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2022 e 22-04-2022)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (+/-0,8%)	PESO DA EXECUÇÃO NICE NA RECEITA TOTAL
CP	DESCRIÇÃO	€	€	PERCENTUAL	PERCENTUAL	%
Receitas Correntes		20 983 739,57	5 287 954,45	25,20%	-5,48%	37,10%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4 920 994,00	468 654,96	9,52%	-21,16%	3,29%
04	TAXAS, MULTAS, O PENALIDADES	218 588,00	147 528,01	67,48%	36,81%	1,03%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 218 103,00	347 550,52	28,53%	-2,15%	2,44%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12 783 477,57	3 895 404,01	30,47%	-0,21%	27,33%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 674 429,00	421 606,53	25,18%	-5,50%	2,95%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	165 146,00	7 210,40	4,29%	-28,38%	0,05%
Receitas de Capital		28 119 950,11	8 966 788,45	31,89%	1,21%	62,90%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	26,00	196,40	982,00%	951,32%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17 693 480,33	730 044,00	4,13%	-28,55%	5,12%
12	PASSIVOS FINANCIEROS	2 206 002,00	0,00	0,00%	-30,68%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	10 001,00	0,00	0,00%	-30,68%	0,00%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	26 102,27	2610227,00%	2610196,32%	0,18%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	8 210 445,78	8 210 445,78			
TOTAL GERAL		49 103 689,68	14 254 742,90	29,03%	-1,65%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, um grau de execução da receita total de 29,03%, apresentando um desvio negativo de 1,65%.

Analisando a estrutura da receita, verifica-se que o capítulo das transferências correntes se apresenta como o mais expressivo, atingindo 27,33% da execução da receita total. Do lado das receitas de capital, o único capítulo com valor de relevo é o das transferências de capital, atingindo cerca de 5,12% da receita total.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 14.254.742,90€.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – DESPESA PAGA

Período 01-01-2022 a 22-04-2022

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORREDA	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (GERAL)	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
CAP	DESCRIÇÃO			DESVIO (%)	DESVIO (%)	%
Despesas Correntes		24 560 968,66	4 429 817,96	18,04%	-12,84%	88,23%
01	Despesas com Pessoal	7 609 881,59	1 942 226,75	25,22%	-5,46%	28,64%
02	Aquisição de Bens e Serviços	10 373 106,78	1 655 101,59	15,96%	-14,72%	24,41%
03	Juros Outros Encargos	25 772,28	0,00	0,00%	-30,68%	0,00%
04	Transferências Correntes	6 300 090,00	779 885,73	12,38%	-18,30%	11,50%
06	Outras Despesas Correntes	102 245,00	52 803,89	32,42%	1,74%	6,78%
Despesas de Capital		24 542 723,03	2 361 112,08	9,58%	-21,10%	34,97%
07	Aquisição de Bens de Capital	20 154 756,03	1 775 779,66	8,81%	-21,87%	26,19%
08	Transferências de Capital	3 852 046,00	557 238,71	14,47%	-16,21%	8,22%
09	Ativos Financeiros	36 168,00	18 093,72	50,00%	19,32%	0,27%
10	Passivos Financeiros	462 600,00	0,00	0,00%	-30,68%	0,00%
11	Outras Despesas de Capital	7 133,00	0,00	0,00%	-30,68%	0,00%
TOTAL		49 103 691,69	6 790 930,04	13,81%	-18,87%	100,00%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, um grau de execução da

despesa total de 13,81% sendo, o grau de execução esperado de 30,68%, representando um desvio negativo de 16,87%.

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Período 01-01-2022 a 22-04-2022

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CP	DESCRIÇÃO	€	€	QUOTIENTE (%)
Despesas Correntes		24 560 966,65	17 639 589,37	71,82%
01	Despesas com Pessoal	7 699 661,59	6 601 303,37	85,73%
02	Aquisição de Bens e Serviços	10 373 196,78	6 815 100,92	65,70%
03	Juros Outros Encargos	25 772,28	16 122,45	62,56%
04	Transferências Correntes	6 300 090,00	4 102 713,33	65,12%
06	Outras Despesas Correntes	162 246,00	104 349,30	64,32%
Despesas de Capital		24 542 723,03	14 110 813,21	57,49%
07	Aquisição de Bens de Capital	20 154 756,03	10 040 641,80	49,82%
08	Transferências de Capital	3 852 046,00	3 541 405,95	91,94%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	36 187,50	100,00%
10	Passivos Financeiros	492 600,00	492 577,96	100,00%
11	Outras Despesas de Capital	7 133,00	0,00	0,00%
TOTAL		49 103 689,68	31 750 402,58	64,66%

Através da análise do quadro acima podemos realçar que, à data do reporte, as despesas com pessoal encontram-se comprometidas em cerca de 85,73% da dotação orçamental do Município. Nas despesas de capital podemos destacar os compromissos dos capítulos, aquisição de bens de capital e transferências de capital, com um grau de execução de 49,82% e 91,94% respetivamente

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução encontra-se nos 64,66%, com um total de compromissos assumidos de 31.750.402,58€, até à data de 22-04-2022.



3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Artigo 22.º

Assunção de compromissos plurianuais

Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º e n.º 4, do art.º 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, considera-se emitida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, sempre que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos; ou
- d) Quando o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso, ou subseqüentes modificações, gerem encargos plurianuais, conforme dispõe o n.º 4 do art.º 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Artigo aprovado na Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2022, na reunião do dia 30 de dezembro de 2021



Face ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 18-02-2022 e 22-04-2022.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 18-02-2022 e 22-04-2022					
[Anexo dependente do Relatório Anual de Gestão 2022 do Município de Tondela]					
Descrição sumária do compromisso plurianual	2023	2024	2025	2026	Seguintes
Reabilitação do Centro de Saúde de Tondela	1 235 425,88 €				

4. CONCLUSÃO

Estando decorridos 112 dias do ano de 2022, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram abaixo do padrão (30,68%), salientando, no entanto, a fragilidade da definição de um valor padrão, de análise de execução orçamental, face à periodicidade de algumas receitas, bem como, despesas.

Tondela, 22 de abril de 2022

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,





0.2006
d f
Jo

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,
Senhora Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Vereadores,
Comunicação Social
Público presente,

Ficamos muito gratos por ver o trabalho que o Município tem vindo a desenvolver, mesmo quando o contexto é cada vez mais assustador. O **custo dos materiais** - em especial no setor da construção -, a falta de **mão de obra**, a subida vertiginosa dos **combustíveis** ou da **energia** não nos podem deixar indiferentes.

Do ponto de vista destas alterações quase diárias, acredito que a gestão dos projetos que estão a decorrer sejam um desafio permanente e uma luta desigual quando não se consegue perceber quando é que isto terá, pelo menos, um período de estagnação.

É a propósito dessa oscilação que gostava de questionar o executivo sobre os moldes em que estão a decorrer os vários processos de descentralização de competências.

Numa intervenção que aqui fiz em dezembro referi a preocupação com o facto da descentralização da **Educação** não ter, à data, ainda definido um envelope financeiro para o respetivo apoio. A esta interrogação, acrescida o facto da transferência ser deliberada de forma unilateral (ao contrário, por exemplo, do processo negocial que estava previsto em 2015).

Hoje, volvido um mês sobre a concretização do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, imposta pelo DL 21/2019 de 30 de janeiro, questiono Sr.ª Presidente:

- Que negociações foram tidas com a tutela com respeito ao envelope financeiro;
- Os valores transferidos cobrem as despesas que o Município passou a assumir neste quadro, nomeadamente com recursos humanos, energia ou economato?
- Tratando-se de um decreto elaborado em 2018, como estão salvaguardados, em 2022, os aumentos brutais que temos assistido ao nível, por exemplo da energia

elétrica, do gás ou dos produtos alimentares, bens essenciais ao funcionamento das nossas escolas?

E nos restantes processos de descentralização? Na Ação Social, na Saúde?

- Assistiremos a um cenário idêntico, de **transferência unilateral**?
- Os **custos** inerentes já estão **balizados**?
- Como está a correr a **negociação**?
- Que **impactos** terá para o Município de Tondela?
- Como foram salvaguardados os **interesses** do Município?
- Ficam **garantidos** todos os investimentos necessários?
- Como será **monitorizado** todo o processo?

Bem sei que no caso da Ação Social, numa das últimas assembleias foi aqui deliberado não se assumir no imediato a pasta sem as garantias necessárias, de resto a exemplo de outros municípios, alguns até da esfera política da tutela. Mas também sabemos que o processo acabará por avançar mais tarde ou mais cedo.

O que hoje gostávamos de pedir ao executivo é que **saiba tirar ilações** do processo da Educação e não avance para uma descentralização unilateral em áreas tão **sensíveis e delicadas** como são a Ação Social e a Saúde, sem as **garantias** necessárias para uma real transferência de competências, com **efetivas negociações e atualizações** de todos os custos e investimentos associados a estes processos.

Sr.^a Presidente, sei que está muito empenhada e que desse ponto de vista o Município se já **bem posicionado** tecnicamente.

Também não ignoramos as vantagens de **proximidade** ou de **ganho de escala** nesta matéria, mas parece-nos que os Municípios e em particular o nosso, não podem ser meros **gestores de recursos humanos e de edifícios** sem que isso se traduza num real ganho para todas as partes e em especial para os nossos munícipes.

Sr.^a Presidente, termino a minha intervenção referindo que as dúvidas são, de facto, muitas.

Gostava, por isso, que nos pudesse dar algumas ideias do trabalho desenvolvido nesta matéria tão emergente e, naturalmente, dizer-lhe que apesar das reticências continuamos a contar com o trabalho do executivo, e dos demais parceiros, para manter Tondela como um território de excelência, também nestas matérias.

OBRIGADO.





anexo 7
E f
f

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Deputados

Na AM de 2022-02-25, realizada em Alvarim, em intervenção do meu camarada de bancada Coimbra de Matos, foi abordada a execução de Lombas Redutoras de Velocidade (LRV), em particular a sua altura relativamente ao piso da via em que se localiza.

As LRV são um instrumento necessário à salvaguarda da segurança dos peões, na medida em que geralmente a sinalização limitadora de velocidade não é respeitada. O modo como as LRV são executadas é, no entanto, alvo de alguma crítica, particularmente quanto à suas geometrias.

Na legislação pouco encontramos referente a este assunto.

O RST - Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar 6/2019, 2 Outubro, com a Declaração de Rectificação 60-A/2019, 20 Dezembro, no seu artº 4 alínea e) define LRV: “ e) «Lomba redutora de velocidade» — secção elevada da faixa de rodagem perpendicular ao seu eixo, afetando a largura desta, com carácter não temporário, dimensionada com o objetivo de induzir nos condutores a adoção de uma velocidade de circulação mais reduzida dos veículos, num determinado local ou trecho de via; ”

e também o sinal de código correspondente – “A2a — Lomba: indicação de um troço de via ou ponte com deformação convexa no pavimento;”

O Regulamento de Trânsito do Município de Tondela sòmente refere no nº 4 do artº 9: “4 – Em zonas escolares e outras de grande circulação de pessoas podem ser instalados dispositivos de redução de velocidade dos veículos circulantes.”

Percorrendo os concelhos da região, e não é necessário ir mais longe, encontramos LRV para todos os gostos, desde as mais suaves, às mais agressivas, tipo “parte mola”, pelo facto de não existir uma norma de carácter obrigatório para a sua localização e execução.

Há, no entanto, um documento emitido pela ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, em 2007, com a classificação de “Nota Técnica”, designado:

“ NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE “ ,

onde se define tudo o que respeita a LRV, desde a sua localização, sinalização e geometria, com desenhos explicativos, podendo ser descarregada do site da ANSR (no “link” que se indica):

<http://www.ansr.pt/SegurancaRodoviaria/InformacaoTecnica/Documents/LRV%20atualizado.pdf>

e que se recomenda seja adoptada e seguida pela CMT.

Anexo: Noa Técnica – Instalação e sinalização de lombas redutoras de velocidade – ANSR 2007

Tondela, AM, 2022/04/29
O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Assembleia Municipal de Tondela – Sessão Ordinária - 2022/04/29
Período da Ordem do Dia – Ponto 2.1 – Apreciação das actividades da Câmara
Grupo Parlamentar do Partido Socialista
(Nelson Martins)

NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

1 - Introdução

A construção de vias públicas com o objectivo primordial de maximizar o escoamento de grandes volumes de tráfego e o conforto dos ocupantes dos veículos, aliada aos progressos da indústria automóvel no mesmo sentido, têm sido, nas últimas décadas, uma das causas do aumento do número e da gravidade dos conflitos entre veículos e peões.

Para minimizar estes efeitos indesejáveis foram criadas medidas passivas destinadas a “acalmar” o trânsito, isto é, a induzir os condutores a praticarem em certas zonas críticas (por ex. junto dos acessos a escolas) velocidades moderadas, mitigando deste modo as consequências de eventuais colisões entre veículos motorizados e utentes desprotegidos.

A instalação e manutenção de **Lombas Redutoras de Velocidade (LRV)** nas vias insere-se nesse grupo de dispositivos do qual fazem também parte, por exemplo, as rotundas, as “chicanes”, as diminuições de largura da faixa de rodagem ou os sinais luminosos accionados pela velocidade instantânea do veículo.

Estudos efectuados em situações experimentais e reais de trânsito recomendam fortemente, salvo casos excepcionais, que as LRV apenas sejam utilizadas para assegurar a manutenção de velocidades reduzidas numa determinada extensão de via. Assim, a redução da velocidade na aproximação da LRV deve ser garantida pelas

NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

características próprias da via ou pela utilização de outra medida de acalmia de tráfego. Nestas condições as LRV são apontadas como dispositivos adequados e comprovadamente eficazes.

Para garantir a sua correcta e adequada utilização beneficiando da experiência adquirida, ao longo de mais uma década, em países da União Europeia, interessa estabelecer um conjunto de critérios e regras a seguir no projecto, instalação e manutenção das LRV.

Considerou-se conveniente, nesta fase, sujeitar a instalação de LRV a um conjunto relativamente extenso de condicionalismos, atendendo à pouca experiência existente em Portugal na utilização de dispositivos com as características estabelecidas nesta Nota Técnica.

Através do cumprimento da presente nota técnica qualquer instalação de LRV será igualmente reconhecível e requerendo da parte do condutor o mesmo comportamento independentemente da sua localização.

De salientar que todas as medidas de Acalmia de Tráfego têm vantagens e inconvenientes, não sendo apropriadas a qualquer local pelo que devem ser usadas criteriosamente.

NOTA TÉCNICA

INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

2 - Definição

Designa-se por Lomba Redutora de Velocidade (LRV) uma secção elevada da faixa de rodagem construída em toda a largura desta, com carácter não temporário, dimensionada com o objectivo de causar desconforto crescente nos ocupantes do veículos, durante o seu atravessamento e com o aumento da velocidade; tal efeito não pode, porém, ser significativo para velocidades de valor igual ou inferior ao recomendado, e, nestes casos, não pode provocar qualquer dano nos veículos.

3 - Instalação

3.1 – A construção e manutenção das LRV só pode ser efectuada pelas entidades competentes para a sinalização das vias, ou mediante autorização das mesmas.

3.2 – A instalação das LRV deve ser precedida de elaboração de estudo.

3.3 – Logo após a instalação das LRV a entidade gestora da via deverá avaliar se os efeitos desejados foram obtidos e verificar o impacte da medida nas vias adjacentes, nomeadamente em consequência de eventuais desvios de tráfego.

NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

4 –Localização e sinalização das LRV

4.1 – Localização

4.1.1 – A escolha do local de implantação das LRV deve garantir que a velocidade dos veículos na aproximação é compatível com a sua travessia em condições de segurança. Para esse efeito, as LRV devem precedidas a determinadas distâncias, de dispositivos ou de secções ou trechos de via com certas características que tenham efeitos de acalmia de trânsito. Numa intersecção para garantir que a distância máxima não é excedida em nenhuma das vias confluentes pode ser necessário medir estas distâncias a partir de mais de um ponto.

4.1.2– Para garantir a redução de velocidade num trecho de via deverá ser aplicada uma série de LRV devendo a distância entre duas consecutivas estar compreendida entre 40 e 150 m. Após passagem numa LRV regista-se que os condutores tendem a aumentam a velocidade dos seus veículos razão pela qual a distância entre LRV consecutivas determina as velocidades praticadas.

4.1.3 – Para atingir o objectivo definido em 4.1.1 na aproximação de uma LRV, ou da primeira de uma série de LRV, deve verificar-se pelo menos uma das condições indicadas no Quadro I:

Handwritten initials and marks in blue ink.

NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

Quadro I

Dispositivos ou características da via	Distância Máxima (m)
cruzamento, entroncamento (só para percursos que impliquem alteração de direcção)	40
Rotunda	40
Curva com ângulo superior a 70° e desenvolvimento não inferior a 30 m	40
Secção final de uma via sem saída	40
Sinal C1 ¹ (sentido proibido) ou C2 ¹ (trânsito proibido), dirigido aos condutores que se aproximam da LRV ambos, com o painel adicional n.º 10 excepcionando a prescrição a uma das seguintes situações: moradores, residentes, ou trânsito local.	40
Marcas M8, M8a, M9 e M90a ¹ (linhas de paragem e de cedência de passagem) no mesmo via e sentido em que se pretende colocar a LRV;	60
Marca M8 associada a uma semaforização de controlo de velocidade	60
Dispositivo de acalmia de tráfego	60

4.1.4 – Não é admissível a instalação de uma LRV em local em que se verifique qualquer das seguintes condições:

¹ Denominação de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito aprovado pelo Decreto Regulamentar de 1 de Outubro, com as alterações decorrentes da entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 41/2002, de 20 de Agosto e do Decreto Regulamentar n.º 13/2003, de 26 de Junho;

NOTA TÉCNICA

INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

- a) Quando a velocidade máxima permitida for superior a 50 km/h;
- b) Em trecho de via considerado estratégico pelo Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) ou Administração Regional de Saúde;
- c) Sem que a entidade gestora da via consulte previamente a entidade incumbida da fiscalização do código da estrada na via em questão, bem como eventuais operadores de serviços regulares de transporte colectivo de passageiros que utilizem a via;
- d) Dentro dos limites de uma passagem de nível ou a menos de 20 m de distância de qualquer ponto da mesma;
- e) Por baixo, ou a menos de 25 m de distância de qualquer ponto de uma estrutura existente sobre a via, que tenha qualquer elemento a uma altura inferior a 6 metros acima da superfície do pavimento da via;
- f) Em cima ou a uma distância inferior a 25 metros de qualquer elemento da estrutura:
 - a. De uma ponte ou viaduto que a via atravesse;
 - b. De um túnel que passe por baixo da via;
- g) Em vias sem passeios ou noutras situações em que seja possível ao condutor adoptar uma trajectória que contorne a LRV;
- h) Em locais sem iluminação pública, constituída no mínimo por três candeeiros com espaçamento entre eles não superior a 40 m ou por dispositivo destinado especialmente à iluminação da

NOTA TÉCNICA

INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

LRV. Esta exigência não se aplica se a velocidade máxima permitida no local for de 30 km/h ou inferior;

- i) A uma distância inferior a 30 m ou superior a 150m de uma passagem de peões;
- j) A uma distância inferior a 10 m da linha imaginária que delimita a zona de intersecção de um cruzamento ou entroncamento na via em que se pretende instalar a LRV, para salvaguardar a estabilidade dos veículos de 2 rodas;
- k) Em trechos de via em que a inclinação é igual ou superior a 10%, de forma a evitar que a parte inferior dos veículos pesados colida com a superfície do pavimento da LRV;

4.2. Sinalização

4.2.1. A instalação de uma LRV obriga a entidade gestora da via a colocar e manter em bom estado de conservação a sua sinalização (marcas rodoviárias e sinais verticais) definida na presente Nota Técnica, com o objectivo de advertir antecipadamente os condutores que se aproximam da LRV para a sua existência e para a necessidade tomarem as necessárias precauções.

NOTA TÉCNICA

INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

4.2.2. Marcas rodoviárias:

- i) O local exacto onde está implantada a LRV deverá ser assinalado por duas marcas transversais idênticas constituídas cada uma delas por duas filas de quadrados de 0,50 m de lado, alternando a cor branca com a do pavimento e produzindo um efeito de xadrez (ver Anexo A);
- ii) Esta marca deve ser colocada no início das duas rampas da LRV;
- iii) Caso o comprimento da LRV não permita a colocação da marca prevista na al. i), deverá ser utilizada apenas uma fila de quadrados em cada marca.

4.2.3. Deve ser colocada a seguinte sinalização vertical na(s) via(s) de aproximação da(s) LRV

- i) sinal A2a (lomba), colocado entre 150 m a 300 m de distância da primeira LRV, ou, caso não seja possível, sinal A2a, com painel adicional *modelo 1* indicando a distância a que se encontra a primeira LRV;
- ii) No caso de uma série de LRV deve ainda ser adicionado ao sinal referido em i) o painel *modelo 2*, indicador da extensão de via compreendida entre aquele e a última LRV;
- iii) Em qualquer caso, e no mesmo suporte que o sinal referido em i), deve ainda ser colocado um sinal H6, indicando a

NOTA TÉCNICA

INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

velocidade máxima a que o condutor é aconselhado a transitar.

4.2.4 – No Anexo A são apresentados alguns esquemas de sinalização.

5 – Características geométricas

5.1 – Deverá ser utilizado um perfil de LRV cuja eficácia e adequabilidade ao fim em vista esteja devidamente fundamentada por ensaios e/ou estudos de situações reais. No Anexo B são apresentados alguns exemplos;

5.2 – Em passagens de peões apenas podem ser instaladas LRV de perfil trapezoidal, ficando a marca M11 (passagem para peões) inteiramente contida na zona plana, devendo os eixos transversais daquela marca e da LRV ser coincidentes;

5.3 – Todas as faces da LRV, transversais em relação à via onde está instalada, devem ser perpendiculares ao eixo da via;

5.4 - A LRV deve ter um comprimento mínimo de 90 cm, medido na direcção paralela ao eixo da via, entre as intersecções da superfície da LRV com a faixa de rodagem;

5.5 - A altura do ponto de maior cota, relativa ao pavimento, não deve ser:

- a) Inferior a 25 mm;

NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

- b) Superior a 75 mm, salvo casos devidamente justificados e desde que não seja excedido o valor de 100 mm.

5.6 - Qualquer face vertical da LRV não deve exceder 6 mm de altura, medida na vertical;

5.7 – Por forma a evitar que a parte inferior dos veículos pesados possa embater no pavimento, as rampas do perfil da LRV deverão ter uma pendente máxima em função da inclinação do trainel da via em que é instalada, de:

- a) 1:10 das rampas para uma via pouco inclinadas;
- b) 1:15 das rampas da LRV para uma via como inclinação da ordem de 1:10.

5.8 – Com o mesmo objectivo referido em 5.7, o comprimento da zona plana da LRV com perfil trapezoidal não deve ser inferior a 6 metros, caso a via seja utilizada por veículos pesados de transporte colectivo de passageiros.

6 – Aspectos Construtivos

No Anexo C são apresentados alguns dos aspectos construtivos a ter em atenção.

Salienta-se, contudo, que esta matéria extravasa o objectivo da presente nota, bem como as competências desta Direcção-Geral,

NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

cabendo às entidades gestoras das vias estabelecer de forma exaustiva todas as questões construtivas a ter em atenção.

Anexo A – Exemplos de sinalização de LRV

Toda a sinalização tem de respeitar as disposições do Código da Estrada e do Regulamento de Sinalização do Trânsito.

De salientar que, nas situações e esquemas de sinalização (sem escala) apresentados em anexo os valores indicados de distância, de extensão de um troço e de velocidade recomendada são meramente indicativos.

Do igual modo, tanto os esquemas de sinalização como os valores indicados devem ser devidamente adaptados a cada local em concreto, em função, nomeadamente da sinalização já existente, do volume de tráfego e das características geométricas da via.

A) Sinalizar verticalmente apenas uma LRV:

- 1. Situação:** aplica-se quando as condições do local permitam a colocação do sinal A2a - Lomba entre 150 m e 300 m do ponto da via a que se referem.
- 2. Situação:** aplica-se quando as condições do local não permitam a colocação do sinal A2a – Lomba, conforme a 1ª

NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

Situação, devendo ser utilizado o painel adicional Modelo 1a – Painel indicador de distância.

Em ambas as situações (1ª e 2ª) deve ser dada a indicação da velocidade máxima a que o condutor é aconselhado a transitar (H6 – velocidade recomendada) e conseqüentemente a indicação de que terminou a recomendação da velocidade indicada no sinal H6 (H37 – fim de velocidade recomendada).

B) Sinalizar verticalmente LRV sucessivas:

3.ª Situação: deve ser utilizado o painel adicional Modelo 2 – Painel indicador da extensão de um troço acoplado ao sinal A2a.

Igualmente nesta situação deve ser dada a indicação da velocidade máxima a que o condutor é aconselhado a transitar (H6 – velocidade recomendada) e conseqüentemente a indicação de que terminou a recomendação da velocidade indicada no sinal H6 (H37 – fim de velocidade recomendada).

C) Sinalizar verticalmente simultaneamente a LRV e a passagem para peões:

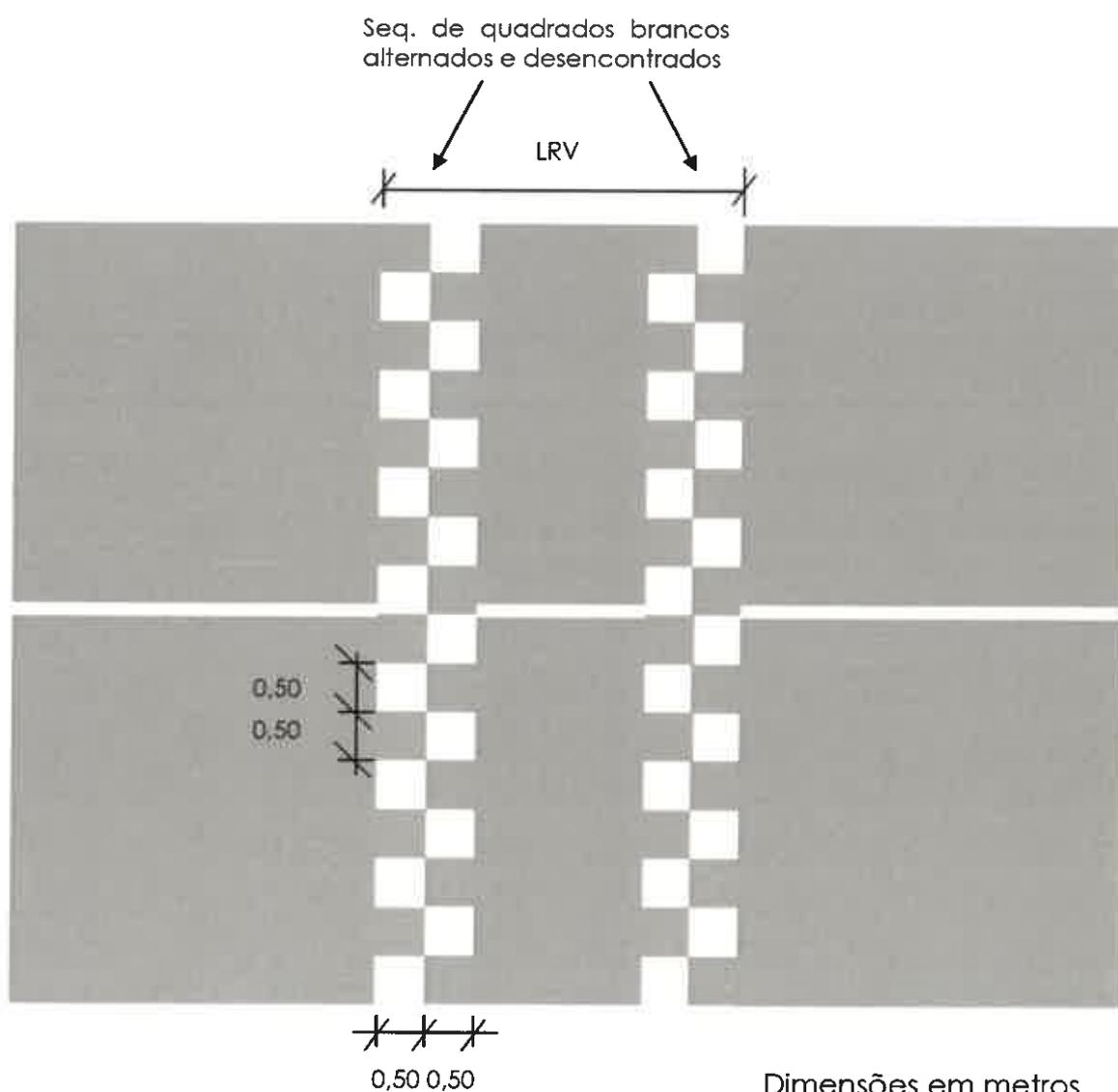
4.ª Situação: aplica-se quando a LRV esteja associada a passagem para peões. Acresce à sinalização referida anteriormente, a sinalização da passagem para peões com recurso ao sinal H7 – Passagem para peões.

NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

D) Marcas rodoviárias da LRV:

1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Situações: Sequência de quadrados brancos alternados e desencontrados.

Dimensionamento da marca



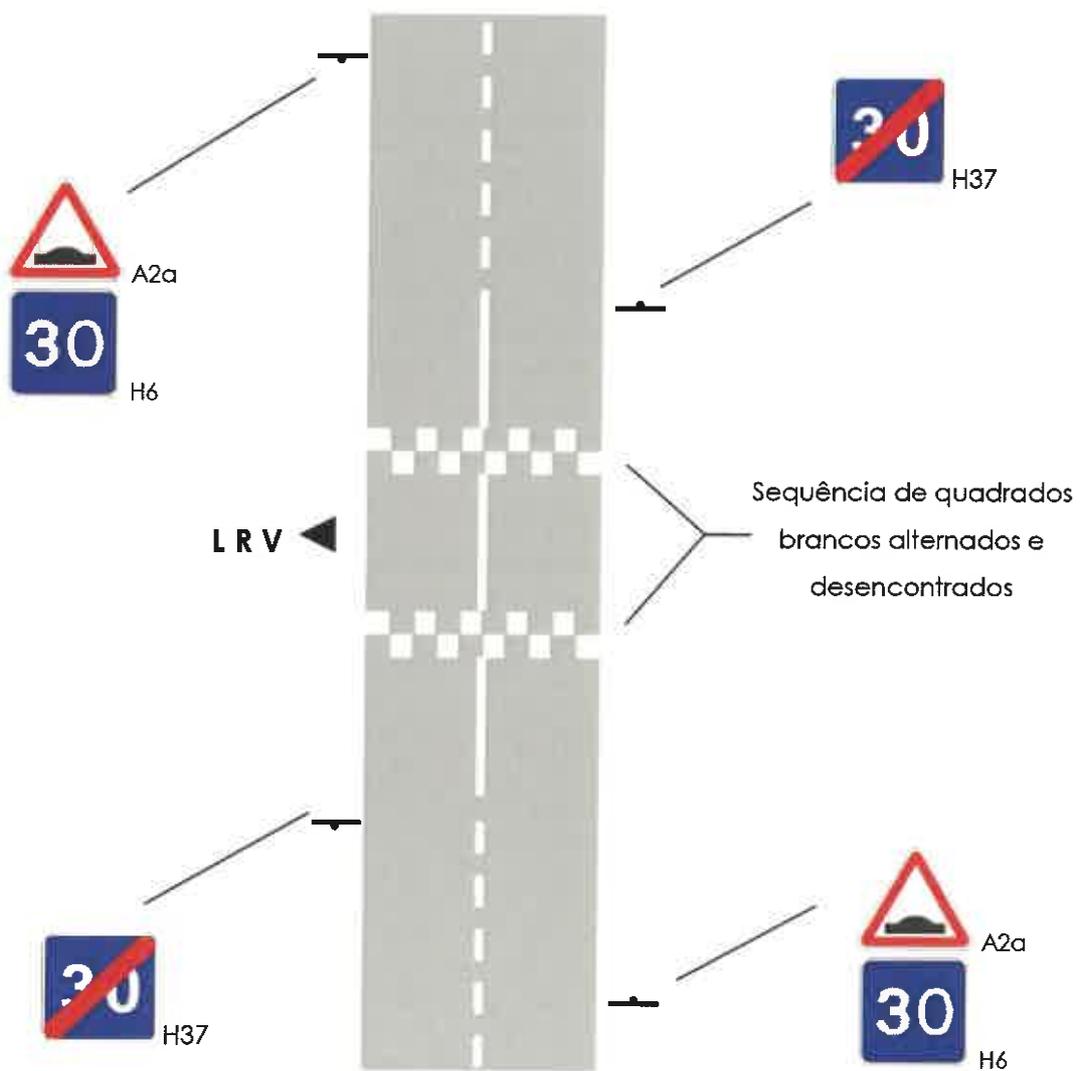
Sem escala



NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

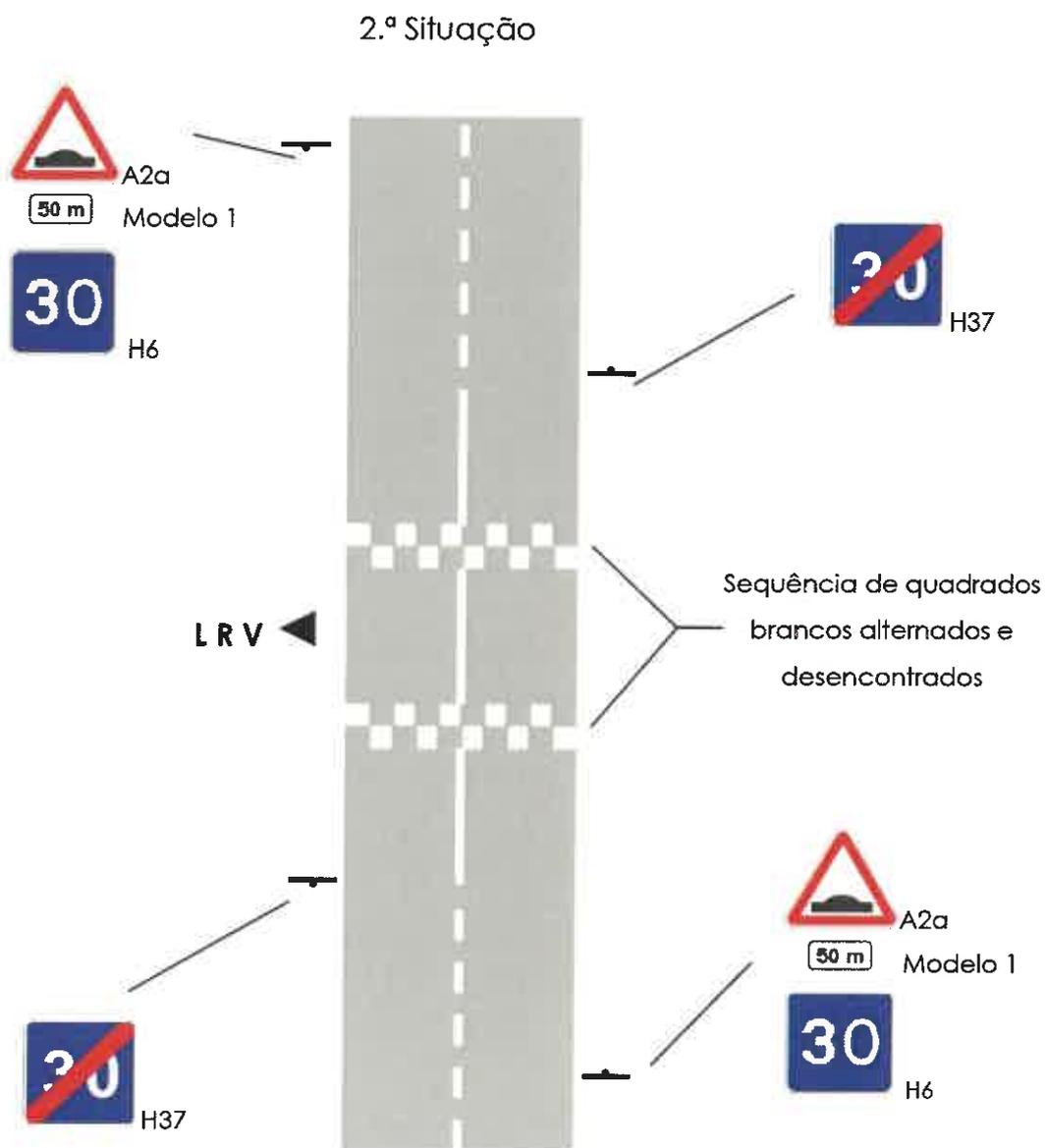
Esquemas de Sinalização de LRV

1.ª Situação



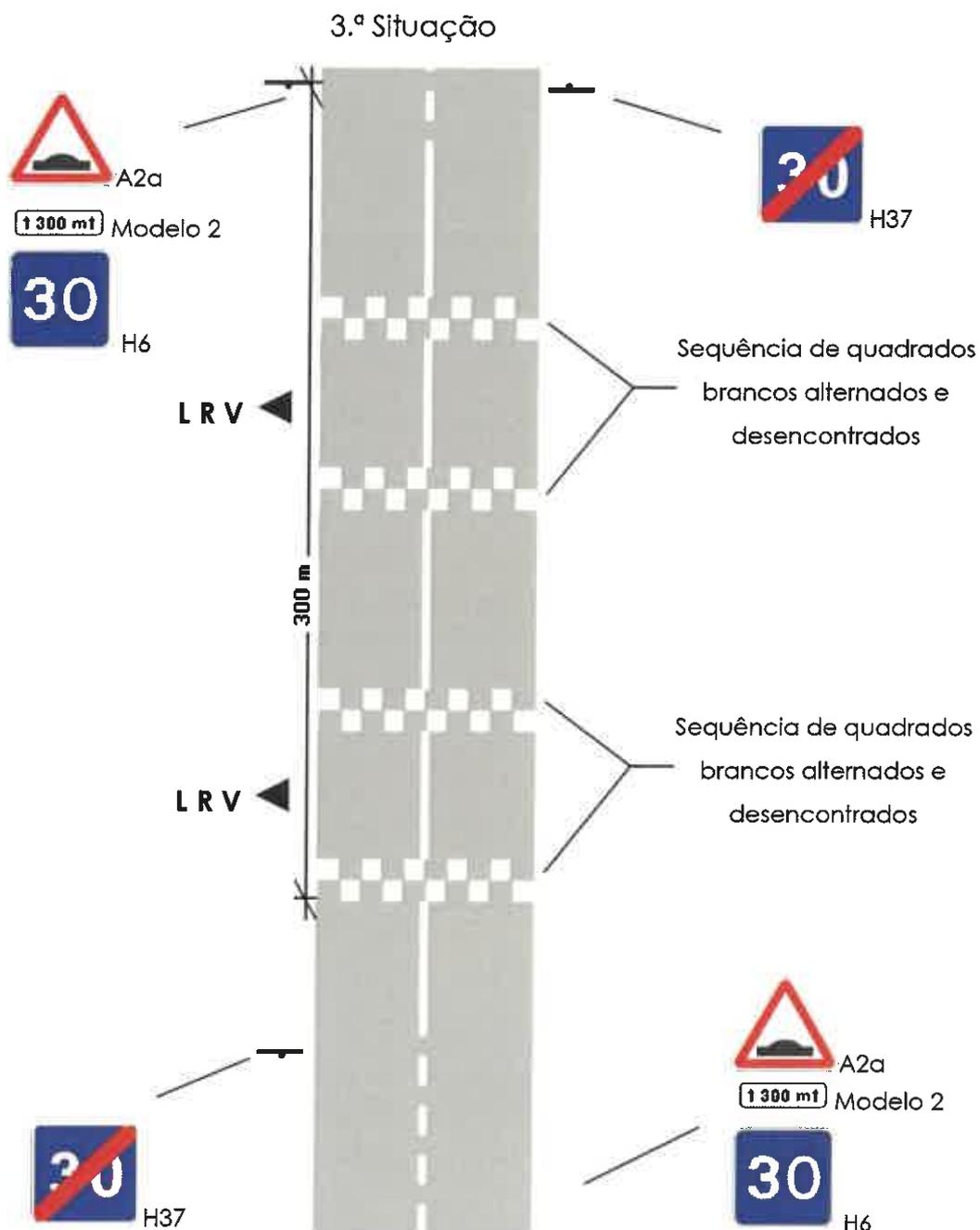
NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

Esquemas de Sinalização de LRV (cont.)



NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

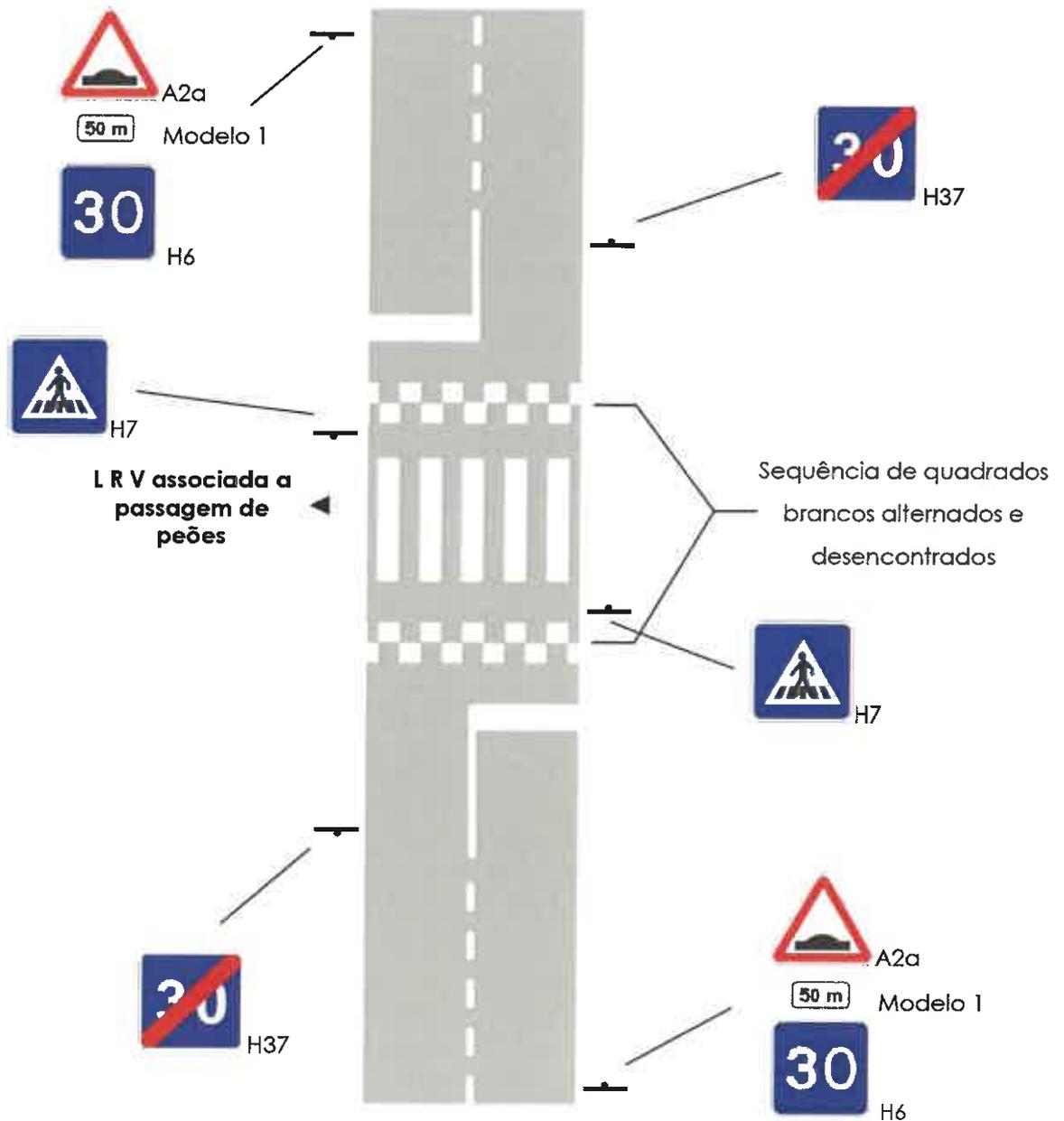
Esquemas de Sinalização de LRV (cont.)



NOTA TÉCNICA
INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

Esquemas de Sinalização de LRV

4.ª Situação



NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

Anexo B: Exemplos de perfis de LRV

Exemplo de LRV do tipo sinusoidal:

No caso de um perfil sinusoidal, recomenda-se que o seu comprimento esteja compreendido entre 4 e 5 metros.

Como exemplo apresentamos a expressão para o cálculo de um perfil sinusoidal:

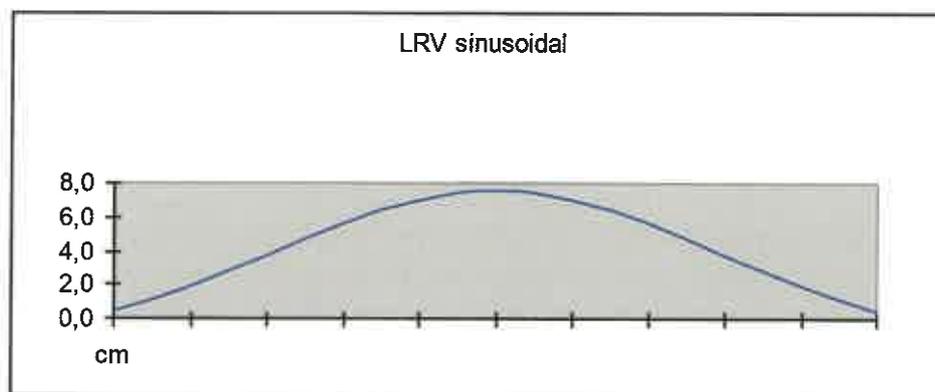
$$y = 3,75 \left(1 - \cos \frac{2\pi x}{L} \right)$$

em que: L - comprimento do ressalto (cm);
 x - distância segundo o eixo da estrada medida desde a extremidade da LRV (cm);
 y - distância medida na vertical entre a directriz da estrada com LRV e a directriz da estrada sem LRV (cm).

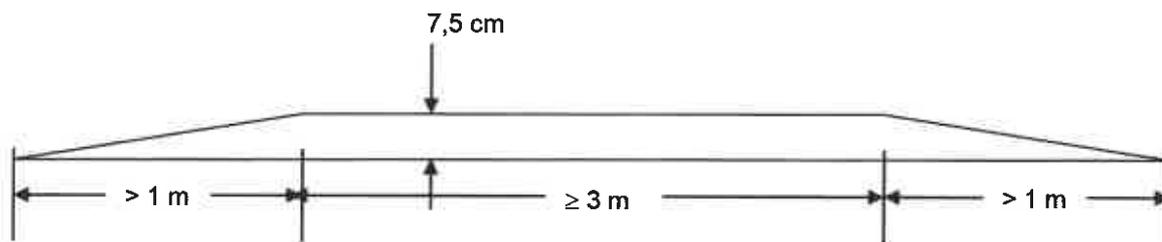
$L = 480$ cm

X (cm)	40	80	120	160	200	240	280	320	360	400	440	480
Y (cm)	0,5	1,9	3,8	5,6	7,0	7,5	7,0	5,6	3,8	1,9	0,5	0,0

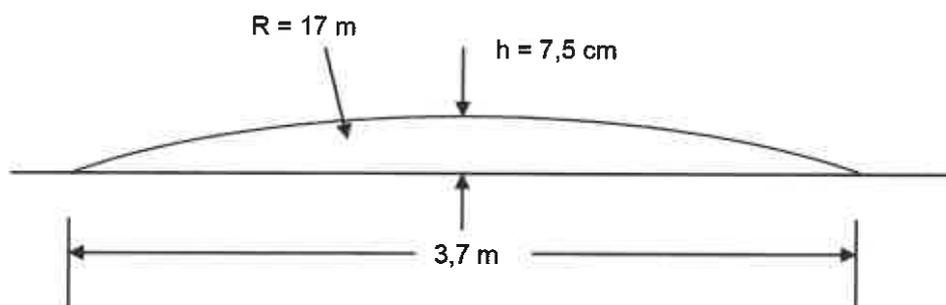
NOTA TÉCNICA
INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE



Exemplo de LRV do tipo trapezoidal:



Exemplo de LRV do tipo circular:



NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

Anexo C – Notas sobre aspectos construtivos

Na execução das LRV deve ser utilizado um processo construtivo que garanta a conservação da sua forma ao longo da sua vida útil. De facto, a eficácia destes dispositivos perder-se-á com pequenas alterações das suas características geométricas, nomeadamente no comprimento e na altura.

Normalmente as LRV são construídas em pavimento betuminosos ou calçada, ficando a entidade gestora da via responsável pela sua manutenção, nomeadamente no aspecto referido no parágrafo anterior.

O pavimento da via deverá ter capacidade de suporte para as cargas resultantes da travessia da LRV por parte dos veículos, em especial de pesados.

Na construção da LRV deverão ser utilizados processos construtivos que evitem a ocorrência de infiltrações para a(s) camada(s) de fundação do pavimento da via.

Deverá ser assegurado que a execução da LRV não irá provocar a acumulação de águas pluviais junto da mesma, recorrendo-se, se necessário, ao estabelecimento de um canal junto ao lancil com largura adequada (p. ex. 20 cm).

NOTA TÉCNICA INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE

Tendo por objetivo, nomeadamente, a prevenção do ruído, devem as respectivas entidades gestoras das vias, adoptar as medidas necessárias para que a exposição da população ao ruído no exterior não ultrapasse os níveis sonoros estabelecidos na legislação existente sobre a matéria (Regime Legal sobre a Poluição Sonora, também designado por Regulamento Geral do Ruído)

Deverá ser assegurado que a propagação das vibrações produzidas pela travessia de veículos na LRV não cause danos às construções e infra-estruturas próximas.

A implantação de LRV deverá ser efectuada de forma a evitar conflitos com os acessos a infra-estruturas enterradas (caixas de visita, etc.).



Grupo Municipal da AMT

anexo 8
A Câmara Municipal de Tondela
pedindo a disponibilização da informação
necessária e o Regulamento do lote.
29. ABRIL 2022
Artur Leal

Requerimento: Situação dos processos de hastas públicas

O Relatório de Gestão que nos foi apresentado para apreciação e votação faz referência com algum destaque à realização de hastas públicas para venda de três lotes de terrenos da posse do Município, sem que haja mais informação sobre a situação sobre a utilização e investimentos para eles previstos, sendo que num casos o projecto, o de uma unidade de cuidados especializados de saúde, foi apresentado com pompa e circunstância com o então Presidente de Câmara a fazer de uma espécie de mestre de cerimónias numa iniciativa privada em que a CM, que obviamente deveria estar interessada na concretização, não era parceira. Acontece que de há um ano para cá o único avanço visível é um tapume do lote e um cartaz anunciando o investimento.

Perante esta situação em nome do Grupo Municipal do PS na AMT venho requerer ao Sr. Presidente da Assembleia que solicite à Câmara Municipal, nos termos do Código do Procedimento Administrativo e da Lei da Transparência e do Acesso aos Documentos Administrativos informação suficientemente detalhada sobre:

- 1- Das hastas públicas realizadas quantas tiveram concorrentes e quantos concorrentes houve em cada uma das que os tiveram, bem como sobre as condições das propostas de cada um deles;
- 2- Se houve cauções prestadas e montantes de cada uma;
- 3- Quais os montantes, se os houve, até agora recebidos pela CM em cada caso;
- 4- Se é verdade pelo menos em dois dos casos o processo de conclusão da venda está parado porque os anteriores proprietários dos terrenos requereram judicialmente a reversão da propriedade por a actual afectação dos terrenos dos lotes ser muito diferente, e penalizadora para eles, daquela para que os terrenos foram expropriados;
- 5- Se a CM tem informação se promitente compradora do lote da Quinta da Cova mantém a disposição de avançar com a compra face à condenação judicial de que foi alvo de estar impedida durante cinco anos de receber benefícios de apoios públicos do Estado ou das Autarquias, o que a impedirá de usufruir dos apoios previstos no Regulamento Municipal de Incentivos ao Investimento.

Tondela, 29 de Abril de 2022

Pelo Grupo Municipal do PS.



Grupo Municipal da AMT

anexo 9
A Câmara Municipal de Tondela
poderá disponibilizar de informação
pontual e a legibilidade devida.
29. Abril. 2022
A. Leão

Requerimento: Situação da Tondelva

No Mapa de Investimentos Financeiros que integra os documentos da Prestação de Contas conta a participação do Município na Tondelva, Sociedade Anónima de Investimentos Urbanos, com uma quota de 49,5%.

Se é certo que a constituição dessa sociedade ocorreu num contexto e com finalidades específicas que importará, mais tarde fora do contexto da apreciação da Prestação de Contas, analisar de forma construtiva com vista a estudar a possibilidade de reduzir os encargos de vários milhões de euros que a CMT terá de suportar das rendas a pagar à banca, também é certo ao que sabemos que mais uma vez foi imputada à CMT o pagamento de uma parte prejuízos contabilizados sem que se perceba exactamente a sua origem e como se distribuem pelos outros sócios.

O suporte dos prejuízos, sem que seja importante o seu montante, tem impacto nas contas do Município para além das rendas que o objeto da Sociedade levou a contratualizar com a Banca, pelo que influencia prestação de contas e o juízo que sobre ela possa ser feito.

Independentemente da natureza da Sociedade obrigar ou não obrigar à remessa do Relatório e Contas da mesma à Assembleia Municipal consideramos, face à influência nas contas do Município, indispensável que os membros da Assembleia interessados em o conhecer a ele tenham acesso.

Assim, nos termos da Lei 75/2013, vimos requerer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que solicite à Câmara Municipal que nos seja entregue de cópia do Relatório e Contas da Tondelva, com base no enquadramento do Código de Procedimento Administrativo e Lei do Acesso aos Documentos Administrativos.

Tondela, 29 de Abril de 2022

Pelo Grupo Municipal do PS.

anexo 10
& Σ
J



**Grupo Parlamentar do Partido Social
Democrata de Tondela**

Boa tarde a todos,

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

restantes membros da Mesa,

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal

Vereadores presentes,

Membros da Assembleia Municipal,

Público a assistir,

A prestação de contas é condição *si ne qua non* que tem de refletir a imagem verdadeira e apropriada da instituição a analisar. As contas aqui apresentadas e aos quais todos tivemos acesso refletem isso mesmo: a imagem de uma instituição sólida que nunca baixou os braços perante as adversidades que surgem. A execução orçamental foi positiva. Apresenta uma boa saúde financeira, capaz de solver todos os seus compromissos e ainda assim garantir excedente para continuar o seu trajeto de crescimento e investimento no nosso concelho.

Para que isto aconteça é necessário Equilíbrio. E equilibrar as contas perante todas as calamidades que temos ultrapassado não é para todos.

Eu gostava de saber quantos dos aqui presentes não viram a sua contabilidade doméstica impactada pelos dois últimos anos difíceis que atravessámos. Muitos são empresários e sabem do que falo. Quantos de vós não tiveram de fazer cedências e apertar o “cinto”, por não se conseguir prever o que aconteceria no plano médio e longo prazo.

Não se pode negar o efeito económico e social provocado pela pandemia covid-19. Empresas encerradas, outras tantas em *lay-off*. Produções

completamente paradas. Um aumento de preços generalizado sem fim à vista. Uma promessa de um PRR que ainda não se viu cá chegar. Todo o país ficou em *stand-by*. A retoma económica tardou a sentir-se.

O executivo soube atender às prioridades e redirecionou os esforços para onde eram precisos, com várias intervenções a revelarem-se fundamentais, nomeadamente no setor social, no apoio às famílias, nas redes de transportes, na educação e no continuado investimento da rede de água e saneamento. Foram várias as medidas implementadas de combate à covid-19, apoiaram as IPSS e as Misericórdias numa altura crítica para estas instituições e ainda os negócios do comércio local. Não esquecendo os investimentos que fazem de nós, Tondela, um concelho de inovação: o Centro Tecnológico e a Frente Ribeirinha.

O executivo conseguiu ainda captar investimento privado, a salientar que teremos em breve uma unidade de cuidados continuados e unidade residencial em Tondela. Temos já a decorrer Pós-Graduações de nível avançado permitindo a continuada qualificação das nossas gentes.

Paralisa ... para o Partido Social Democrata isto é sinónimo de INOVAR, isto é DESENVOLVIMENTO, isto é CAPACIDADE DE VISÃO E ESTRATÉGIA. Para o Partido Social Democrata isto é essencial para continuar a elevar o nome do nosso concelho!

Quantos concelhos à nossa volta dão estas condições aos seus munícipes?

Se a execução orçamental podia ser melhor? Num cenário dito “normal” não temos dúvidas algumas que o seria. Agora perante os tempos que atravessámos superou o expectável.

Olhando para 2022, mais concretamente para o dia de hoje, podemos ver esperança. Basta sairmos à rua e reconhecê-la na cara das pessoas que, dois anos volvidos, se reencontram sem máscaras, sem o medo que outrora nos tomou de assalto. Basta sairmos à rua e já se veem as obras a tomar forma, numa tentativa de recuperar todo o tempo em que estivemos em *suspense*. Basta sairmos à rua para saber que 2022 tem tudo para ser um ano melhor.

Sem mais demora, o Partido Social Democrata vota favoravelmente na prestação de contas de 2021.

Andreia Sousa



Grupo Municipal da AMT

União))

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Ex.mo Senhor Presidente da AM

Ex.mos Sras e Sr.s membros da mesa

Senhora Presidente da CMT

Senhores deputados municipais e Presidentes de Junta

Senhores membros do Orgão de comunicação social

Meus Sr.s e minhas Sr.as

Os dados dos últimos Censos demonstram um decréscimo populacional preocupante, não só devido à baixa taxa de natalidade, mas também devido aos enormes fluxos migratórios das últimas décadas.

Certamente que nesta sala, não há ninguém que não tenha um familiar que vive fora das fronteiras de Portugal. Mesmo se infelizmente não existem dados sobre o número de tondelenses na Diáspora, afirmar que cerca de 20% da nossa população não reside no território de origem, não é de todo exagerado, basta ver as comunidades tondelenses do Luxemburgo, da França, da Suíça, dos Estados unidos e do Brasil, que durante as férias, enchem as aldeias despovoadas do nosso Concelho, investem em imobiliário e contribuem para a economia local.

Se aprofundarmos um pouco mais a questão, vamos encontrar dezenas se não mesmo centenas de tondelenses, que nos países de acolhimento são empreendedores de sucesso, nas mais diversas áreas, que vai dos negócios até à investigação científica.

Quem são? Quantos são? Quais as suas ligações que têm ao torrão natal?

Mas o Concelho de Tondela não é só uma terra de emigrantes, também é uma terra de imigrantes, e o que sabemos nós desta gente que veio à procura de trabalho, de paz, e que nos escolheu como terra de acolhimento, que colaboram para o seu desenvolvimento, e que muitos já consideram sua?

Vivemos tempos em que os territórios e a Democracia precisam de contar com todos, pois embora com origens diferentes ou vivendo em lugares distantes, todos são necessários para criarmos bem-estar e desenvolvimento para as populações e ao mesmo tempo fortalecermos a Res-publica.

Nos últimos tempos o governo desenvolveu alguns mecanismos para as migrações sejam eles imigrantes ou emigrantes, e a título de exemplo podemos mencionar a nível local, os Gabinetes de apoio ao emigrante, os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, as redes do Programa Nacional de Apoio ao Investidor da Diáspora, o Programa Regressar que incide essencialmente nos territórios de baixa densidade, etc.

Handwritten initials in blue ink, possibly "A.P." and "J.S.", located in the top right corner of the page.

Mas a importância destas comunidades para o país não é só a nível económico, mas também a nível da participação cívica, onde se destaca o voto em todos os atos eleitorais, com exceção das eleições autárquicas, que as comunidades tanto têm reclamado e até se têm organizado numa plataforma mundial “Também somos portugueses”, exigindo esse direito e que acreditamos terá legislação a médio prazo.

Quem conhece estas realidades, sabe que é preciso fazer passos para a plena participação e integração ou reintegração, daqueles que partiram ou que chegaram, e isso compete sobretudo às autarquias locais, criando iniciativas de acolhimento que favoreçam a diversidade cultural. A realidade mostra-nos que uma vez bem acolhidos podem ser agentes ativos de mudança e de desenvolvimento económico, cultural e social.

Tomando como códigos de boas práticas, o que é feito, quer nos países de acolhimento dos nossos emigrantes, quer nalgumas autarquias portuguesas, permitimo-nos recomendar e que desde já disponibilizarmo-nos para colaborar:

- que seja implementado um Conselho Consultivo das migrações, onde tenham assento tondelenses de sucesso na Diáspora e ao mesmo tempo representantes dos imigrantes que escolheram Tondela como terra de acolhimento, com vista a promover o trabalho em rede e de colaboração entre todos, com troca de experiências e conhecimentos, algo fundamental para alavancar o clima de inovação no concelho
- que em colaboração com as Juntas de Freguesia, seja feito um mapeamento dos migrantes, do Concelho.
- que seja feito anualmente uma recepção de boas vindas nos Paços do Concelho, de forma a que estes anónimos, sobretudo os novos residentes, possam sentir que Tondela também é deles.

Estamos cientes que estas medidas contribuirão para nos afirmarmos como terra de acolhimento, podendo assim captar talentos e criando uma rede de influências na Diáspora tondelense espalhada por todo o mundo, assim como, a captar investimento e população para os nossos territórios fortemente penalizados pela desertificação, contribuindo assim para uma sociedade mais desenvolvida, mais justa e mais colorida.

Tondela, 29 de abril de 2022

Pelo Grupo Municipal do PS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados

O concelho de Tondela tem imensos recursos turísticos, desde a Serra do Caramulo até às Termas de Sangemil, aqui pelas elevadas potencialidades terapêuticas das suas águas.

É um activo, entre outros, que devemos defender e, acima de tudo, promover.
O site do Município de Tondela faz extensa publicidade, incentivando à sua visita e ao seu usufruto, com indicação dos diversos modos de chegar.

1/2

Mas, focando-nos na pasta localização (<https://termasdesangemil.cm-tondela.pt/localizacao/>), que se reproduz:

“ SITUA-SE NA FREGUESIA DE LAJEOSA DO DÃO, CONCELHO DE TONDELA, DISTRITO DE VISEU. OS MELHORES PERCURSOS SÃO:

GPS: 40° 40' 0" North, 7° 42' 0" West

CHEGAR DE AUTOMÓVEL:

De Lisboa

IP3 (d direcção Guarda) – IC2 (sentido Mangualde) – Cabanas de Viriato – Beijós – Sangemil.

Do Porto

A25 – Viseu – EN 231 (d direcção Nelas até Oliveira de Barreiros) – Sangemil.

CHEGAR DE COMBOIO:

- a) Inter-cidades (Lisboa – Guarda) – estações de Nelas e de Santa Comba Dão.
- b) Inter-regional – estações de Canas de Senhorim e de Carregal do Sal.
- c) Sud-Express (Lisboa – Paris e Porto – Paris) – estações de Nelas e de Santa Comba Dão.

CHEGAR DE AUTOCARRO:

- a) Rede de Expressos até Viseu
 - b) Carreira regular (Berrelhas) Viseu-Sangemil-Carregal do Sal
- geographical location: Penalva do Castelo, Dao-Lafões, Centro, Portugal, Europe
geographical coordinates: 40° 40' 0" North, 7° 42' 0" West “ ,

há que proceder a algumas melhorias/correções:

Como chegar de automóvel de Lisboa, indica que seguem pelo IP3, (omitindo que antes há que percorrer a A1 em cerca de 200 km até Coimbra Norte), na “*d direcção Guarda*” (mas, na A1, Guarda só aparece sinalizada em Albergaria – Nó A25), quando deveria ser direcção Viseu até IC12 (d direcção Mangualde) e não IC2 como indicado.

Já do Porto, indica que seguem pela A25, omitindo também cerca de 50 km a percorrer na A1 até ao Nó com a A25, em Albergaria.

Na Localização Geográfica (que nos aparece em inglês):

“geographical location: Penalva do Castelo, Dao-Lafões, Centro, Portugal, Europe”, ou seja, **noutro concelho**, a uns bons kms do concelho de Tondela e das Termas de Sangemil;

O mesmo se verifica nas Coordenadas Geográficas (também em inglês) indicadas:

“geographical coordinates: 40° 40' 0" North, 7° 42' 0" West “ ,

apontando também para o mesmo destino, Penalva do Castelo (ver imagem Google).



Nelson Martins



2/2

Também no mini “flyer” publicitário existe falta de precisão:

As coordenadas GMS (40°31'00" , -7°57'58") indicam uma localização entre o Penedo e Sangemil; as Decimais (40.525278 , -7.866111) muito próximas dos Balneários das Termas.

O “flyer” preçário, recentemente distribuído, apresenta as mesmas coordenadas.

Deixamos as coordenadas geográficas correctas, retiradas do “Google Hearth Pro”:

em GMS: 40°31'32.00" N , -7°57'59.00" W, e em Decimais: 40.525555 N, -7.966388 W

Tondela, AM, 2022/04/29

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

ACE



**Escola Secundária
de Moleiros**

**Agrupamento de Escolas de
Tondela Cândido de Figueiredo**

2020 13
M. A. S.

Na minha cidade...

Ad. P. S.

O que eu gostava de melhorar:

- Zonas de entretenimento para crianças e jovens
- Transportes públicos
- Espaços verdes
- Limpeza florestal
- Turismo rural
- Ordenamento do território
- Reconstrução/melhoramento das habitações
- Oferta cultural

2

...

- Estabelecimentos desportivos: piscinas
- Limpeza das estradas
- Paragens de autocarro
- Parques eólicos
- Análise da água das fontes públicas
- Doação de transportes sustentáveis: bicicletas, trotinetes...

B. 10/11

...

- Festas temáticas: Karaoke, dia LGBT, cinema ao ar livre
- Ginásios públicos
- Cuidado pelos espaços rurais: polidesportivos, campos de futebol, lixo não recolhido
- Centro de doação de sangue
- Restaurantes fast food
- Discotecas
- ATLS públicos
- Espaços de debate sobre temas/problema da atualidade

Handwritten signature and initials in blue ink.

5

Lembram-se de um momento em que participaram na escola ou na vossa cidade? O que mais gostaram?

- Idas ao teatro à ACERT
- Plantação de árvores
- Festas dos bombeiros
- Orçamento participativo
- Banco Alimentar
- Pintura da sala de convívio
- Associação de estudantes
- ERASMUS

ADAA

6

	NUNCA	RARAMENTE	AS VEZES	MUITAS VEZES	SEMPRE
Sentem-se envolvidos na vossa cidade/aldeia?	76	29	13	7	
Na vossa cidade/aldeia quando os adultos tomam decisões perguntam a vossa opinião?	62	44	11	3	



**Porque é
que os
adultos
devem
ouvir as
opiniões
das
crianças?**

- Geração futura
- Promoção da responsabilidade
- Direitos das crianças e jovens
- Valores e causas diferentes dos adultos

De que
forma é
que
gostavas
de ser
ouvido
sobre a
vossa
cidade/
aldeia?

- Reuniões públicas em cada freguesia.
- Inqueritos na escola
- Assembleias de jovens
- Cartazes

AVP
A. P.

Em relação a que temas gostavas de ser ouvido?

- Saúde mental
- Projetos estruturantes para o concelho
- Ambiente
- Educação
- Igualdade de género
- Política
- Direitos humanos

Handwritten signature and initials in blue ink.